

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Sonia Maria Barbosa Dias

**O PAPEL DA INTERNET PARA AS REDES DE ORGANIZAÇÕES
NÃO-GOVERNAMENTAIS:
O caso da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)**

MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA

**SÃO PAULO
2009**

Sonia Maria Barbosa Dias

**O PAPEL DA INTERNET PARA AS REDES DE ORGANIZAÇÕES
NÃO-GOVERNAMENTAIS:
O caso da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Semiótica sob a
orientação do Prof. Dr. Rogério da Costa.

**SÃO PAULO
2009**

Sonia Maria Barbosa Dias

**O PAPEL DA INTERNET PARA AS REDES DE ORGANIZAÇÕES NÃO-
GOVERNAMENTAIS:
O caso da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Semiótica sob a
orientação do Prof. Dr. Rogério da Costa.

Data da apresentação: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Rogério da Costa
Pontifícia Universidade Católica – PUC – SP.

Membro Titular:

Membro Titular:

Local: Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.

Before I am black
 Before I am woman
 Before I am short
 Before I am young
 Before I am African
 I am Human

Because I am black
 Because I am woman
 Because I am short
 Because I am young
 Because I am young
 I am Human

Dionne Farris

Salve meu povo e a linha da frente.
 E todos aqueles que formam corrente.
 O grito de alerta, que chega em sua mente.
 Que abre o caminho.
 Está plantada a semente.
 A vida é um ciclo, como esse mundo.
 Tá tudo junto.
 Desce do muro.
 O tambor te encanta, se leve no mantra.

Frente 3 de Fevereiro

“A ‘aplicação matadora’ (killer application) da tecnologia da infocomunicação não será um dispositivo ou software, mas práticas sociais. As mais profundas mudanças virão, como elas costumam vir, dos tipos de relacionamentos, empreendimentos, comunidades e mercados que a infra-estrutura tornar possível.”

Howard Rheingold, Smarts Mobs

DEDICATÓRIA

Para meus queridos Willem, Pedro e Ulisses, minha
fortaleza, que tanto me ajudaram nessa conquista

A meu pai e minha mãe que me ensinaram o valor da educação

À minha mãe, primeiro exemplo de mulher negra, incansável lutadora,
sempre pronta a ajudar quem dela precise

Às integrantes da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
(AMNB) incansáveis na luta por melhores condições de vida

À todas as minhas irmãs negras que, com sua garra, renovam o
compromisso com a vida todos os dias

AGRADECIMENTOS

A meu marido Willem, que soube me entender e estar junto em todos os bons e maus momentos.

Aos filhos Pedro e Ulisses, que aceitaram de forma generosa dividir minha atenção com os afazeres acadêmicos

A minha mãe, Nair, grande incentivadora dos meus estudos, apoiadora, mulher corajosa e exemplo de força na luta contra as adversidades cotidianas

Ao Otacílio, que tanto ajudou no levantamento e impressão dos textos

À Williana, Rita, D. Eurídice e todos da família Dias, que sempre me apóiam com sua afetividade generosa

À Maria Inês, amiga e irmã, inspiração na coerência de vida e coragem para a luta

À Naty, pela amizade, gentileza, paciência, carinho e cuidado na leitura e comentários das diversas versões do texto

À Stela Ferreira, cuja ajuda nos momentos iniciais da vida acadêmica é uma pequena amostra de sua imensurável generosidade e solidariedade

A todos os amigos, que entenderam e aceitaram a falta de tempo e atenção

Aos amigos do Cenpec pelo apoio e incentivo

Às integrantes da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), que abriram generosamente suas agendas e compartilharam suas informações e lutas.

Ao prof. Rogério da Costa, orientador e cuidador, que com sua generosidade intelectual, paciência e incentivo, me fez acreditar que realizar este trabalho era possível

Aos professores Jorge Albuquerque e Cecília Salles, que deram sugestões importantes para a realização da pesquisa e formatação do texto

À Patrícia, que muito me ajudou na revisão e formatação final do texto.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar de que forma a internet tem se tornado instrumento para as ações de articulação e mobilização desenvolvidas por redes de organizações não-governamentais (ONGs), considerando que a ampliação das ligações entre os participantes das redes de ONGs se constitui em um aumento de capital social da rede e seu potencial de articulação. Essa análise se baseia em uma pesquisa realizada com integrantes da **Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)**, composta por representantes de organizações não-governamentais e movimentos sociais que atuam no combate ao racismo e sexismo. A AMNB foi fundada em 2000 por um grupo de mulheres negras integrantes de ONGs, de diferentes regiões do país. Na primeira parte do trabalho, apresentam-se as hipóteses e as principais referências teóricas que suscitam a reflexão a respeito do impacto do uso dos recursos disponibilizados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICS) para o aumento do campo de relações de participantes de redes de movimentos sociais, tendo com norteadores as bases de análises de redes sociais, a partir das abordagens apresentadas principalmente por Granovetter (1973) e Wellman (2006, 2007), e os recursos acumulados nessas relações, o capital social, a partir das referências teóricas apresentadas por Bourdieu (1985), Coleman (1988), Lin (2001, 1999) e Portes (2000). Também é apresentado um breve panorama a respeito do papel das organizações não-governamentais (ONGs), atores importantes nos movimentos sociais brasileiro. No segundo capítulo, é apresentado um breve panorama dos estudos e pesquisas a respeito do campo de ação da AMNB que são as desigualdades de gênero e raça no Brasil e o papel desempenhado pela AMNB neste cenário. Ao final, encontram-se os dados levantados pela pesquisa com as integrantes da AMNB e as análises a respeito do uso da internet nas ações da AMNB e por suas integrantes.

Palavras-chave: ONGs. Redes sociais. Capital social. Racismo. Mulher negra.

ABSTRACT

This study aims to investigate how the internet has become the instrument for coordination and mobilization of actions undertaken by networks of non-governmental organizations (NGOs), whereas the expansion of links between the participants of the network of NGOs is constituted in a capital increase of the network and its potential for articulation. This analysis is based on a survey conducted with members of the Coordination of Organizations of Black Brazilian Women (AMNB), composed of representatives of non-governmental organizations and social movements that work to combat racism and sexism. The AMNB was founded in 2000 by a group of black women members of NGOs from different regions of the country. The first part of the dissertation presents the assumptions and the main theoretical references which give rise to reflection about the impact of the use of resources made available by information and communication technologies (ICTs) to increase the field of relations of participants in networks of social movements, and with guiding the basis of analysis of social networks, from the approaches presented mainly by Granovetter (1973) and Wellman (2006, 2007), and resources accumulated in these relations, the social capital, from the theoretical references made by Bourdieu (1985), Coleman (1988), Lin (2001, 1999) and Portes (2000). It also gives a brief overview about the role of nongovernmental organizations (NGOs), key actors in social movements in Brazil. The second chapter gives a brief overview of studies and researches on the field of action that AMNB is engaged, inequalities of gender and race in Brazil, and the role played by AMNB in this scenario. In the end, are presented the data collected by research with the members of AMNB and analysis about the use of the Internet on the shares of AMNB and its members.

Keywords: NGOs. Social networks. Social capital. Racism. Women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 11
1 MOVIMENTOS SOCIAIS.....	p.14
1.1 Sobre o campo de ação das organizações não-governamentais.....	p.18
1.2 A análise das redes sociais.....	p.20
1.3 Sobre o capital social.....	p.27
2 UNIVERSO DE PESQUISA.....	p.33
2.1 Desigualdades raciais.....	p.34
2.2 Uma combinação perversa: desigualdade de gênero e de raça.....	p.40
2.3 A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).....	p.44
2.4 Foco de atuação da AMNB.....	p.48
2.5 Organizações participantes da AMNB.....	p.51
3 UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELAS INTEGRANTES DA AMNB.....	p.55
3.1 Dentro e fora da internet.....	p.55
3.2 Metodologia da pesquisa.....	p.57
3.3 Levantamento inicial de dados sobre as ações da AMNB.....	p.58
3.3.1 Dados coletados.....	p.58
3.4 A contribuição da internet na participação da AMNB na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas – CMR.....	p.60
3.5 A internet nas ações da AMNB.....	p.66
3.6 A AMNB e seus parceiros.....	p.81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.83
REFERÊNCIAS.....	p.87
ANEXOS.....	p.92
ANEXO A – FOLHETO AMNB... ..	p.93
ANEXO B – RELAÇÃO DE INTEGRANTES DA AMNB.....	p.95
ANEXO C – NOTÍCIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA AMNB NAS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO PÓS-DURBAN.....	p.96

ANEXO D – ANEXO D – VERSÃO EM INGLÊS: NÓS, MULHERES NEGRAS.....	p.98
ANEXO E – ENTREVISTA EDNA ROLAND.....	p.99
ANEXO F - NOTÍCIA ESTADÃO SOBRE PARTICIPANTE DA ARTICULAÇÃO NO ACOMPANHAMENTO PÓS-DURBAN.....	p.103
ANEXO G – AGÊNCIA SENADO.....	p.104
ANEXO H – PÁGINA DA AMNB.....	p.106
ANEXO I - DISCURSO NILZA IRACI.....	p.105
ANEXO J – QUESTIONÁRIO ÀS INTEGRANTES DA AMNB.....	p.108
ANEXO L – MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DA AMNB.....	p.111

INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais têm sido objeto de diversos estudos principalmente na área das Ciências sociais. No caso brasileiro, destacam-se os trabalhos de Gohn (2004) e Lavallo, Castelo e Bichir (2006), entre outros, que têm buscado sistematizar o papel histórico dos movimentos sociais e sua função social. De maneira geral, esses estudos apontam para a relevância das ações da sociedade civil na garantia de direitos sociais básicos e nas conquistas políticas em relação a vivência da democracia no país.

À complexidade da sociedade contemporânea – que possui um sistema de produção fragmentado, em que as instâncias de representação política estão mais fragilizadas com a baixa participação da população nas eleições e com o aumento das desigualdades sociais e econômicas – é adicionada a velocidade das inovações tecnológicas incorporadas a todas as instâncias da vida. Essa sociedade é denominada por Manuel Castells (2001, p.17) como sociedade em rede por ser

[...] caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra, por uma cultura da virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes.

Os impactos dessas mudanças se fazem sentir em diferentes esferas da vida social, seja na economia, na cultura, na produção de bens de consumo, na arte e na política. No campo da comunicação, a tecnologia tem promovido o desenvolvimento de um sistema de comunicação global que fala cada vez mais uma língua universal digital que se configura na integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens, e que permite a entrega de produtos cada vez mais personalizados ao gosto e humor dos indivíduos consumidores. Ao mesmo tempo, observa-se a fragmentação e a segmentação de produção e consumo de bens e serviços e os consumidores são identificados a partir de padrões cada vez mais individualizados. No campo da política,

alguns autores apontam que a crise no papel dos Estados-Nação e a baixa identificação com os representantes políticos têm papel importante no crescimento da influência das grandes corporações que, com frequência, representam interesses nacionais, no impacto de acionistas e consumidores nas grandes empresas (CASTELLS, 2001; NEGRI; HARDT, 2005).

Os conflitos de interesse entre os diferentes setores da sociedade se expressam em disputas entre os diversos grupos sociais e ganham dimensão social e política a partir do alcance de suas ações. Hoje e sempre, o papel da comunicação para os movimentos sociais é extremamente relevante, na medida em que, para que determinado grupo atinja seus objetivos, é preciso divulgá-los entre o público envolvido, interessado ou a ser beneficiado e, ainda, é preciso desenvolver estratégias de aproximação para quem se deseja comunicar as reivindicações e o acesso para grupos decisórios que possam atuar na sua realização. A diferença com o advento da internet se dá pela potencialização, estimulação e incremento do acesso a “[...] redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas historicamente enraizadas. *Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser.*” (CASTELLS, 2002, p.41, grifo do autor).

Dessa forma, a presente pesquisa se insere no campo das estratégias de comunicação utilizadas por redes de organizações não-governamentais disponibilizadas pela internet. Em outras palavras, busca investigar de que forma a sociedade civil organizada, com seu histórico de luta, conflitos e reivindicações, tem utilizado o potencial oferecido pela internet. Busca ainda verificar como esses recursos têm sido utilizados na ampliação dos canais de comunicação, na agilidade e ganho de escala na transmissão de informação e o incremento de conexões com diferentes instâncias de atuação e com outros atores dos movimentos sociais.

Diante da miríade de perspectivas possíveis para esse estudo, o presente trabalho procura circunscrever um campo de análise a partir de alguns conceitos que envolvem as análises dos conflitos e forças presentes na sociedade contemporânea,

que serão utilizados como eixos norteadores, a saber, movimentos sociais, redes sociais e capital social, cujas referências serão analisadas no primeiro capítulo. Ao mesmo tempo, a pesquisa apresentada se refere a um recorte no campo dos movimentos sociais ao analisar as estratégias de comunicação mediadas pela internet utilizadas por uma rede de organizações não-governamentais que atuam na área da garantia de direitos das mulheres negras. O conjunto dessas organizações compõe uma rede denominada Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) que reúne um conjunto de 28 ONGs, distribuídas em dezoito Estados brasileiros. Trata-se, portanto, de um estudo de um segmento dos movimentos sociais, com peculiaridades, reivindicações e histórico diferenciado que merece o reconhecimento de sua singularidade, que será apresentada o capítulo 2.

No capítulo 3, serão apresentados e analisados os dados levantados na pesquisa, as informações coletadas a respeito do papel da internet nas ações de articulação e mobilização da AMNB e entre as integrantes da AMNB na sua relação com demais atores da sociedade civil. Além de apresentar algumas situações em que são promovidas ações de forma organizada e em rede mediadas pela internet. Nesse capítulo, também são levantados alguns dos desafios encontrados em relação ao uso da internet e, ao final, são tecidas algumas considerações a respeito do uso da internet por movimentos sociais, ativismo social e desafios dessa perspectiva.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS

A denominação movimentos sociais é utilizada por muitos autores em diferentes situações, seja no âmbito acadêmico ou político, e pode ganhar contornos e forças de acordo com o momento e a análise realizada. Essas diferentes representações costumam ter em comum a idéia de um coletivo de pessoas que lutam pela conquista de algum bem material, construção de moradias ou vantagem financeira, ou um bem simbólico, o combate à discriminação racial, de gênero ou o aquecimento global.

A múltipla utilização do termo também se dá pela existência de uma série de situações e ocorrências que têm sido denominada genericamente como movimentos sociais, tais como lutas, revoluções, conflitos, revoltas, que podem ter natureza, finalidade e características próprias, mas vêm sendo categorizadas da mesma forma. Essa grande amplitude de significados para o termo se dá na mídia e também entre acadêmicos, o que torna ainda mais importante definir de que tipo de movimentos sociais está-se tratando. No caso do presente trabalho, optou-se por uma formulação teórica com base nos estudos elaborados por Gohn (2004, p.13), que define movimentos sociais como “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.”

Nessa visão bastante abrangente, são incorporados os movimentos sociais de diferentes tipos: desde aqueles de interesses comerciais ou políticos (*lobbies*) e movimentos populares de reivindicações locais, sociais ou econômicas, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ou ainda associações de moradores que demandam a implantação de serviços públicos em seu entorno ou a construção de moradias.

Também é importante destacar que essa definição de movimento social prescinde da constituição de iniciativas organizadas ou reconhecidas juridicamente, do tipo organização não-governamental, partido político ou associação de moradores. Para que um movimento social ocorra, ele pode ser fruto da ação articulada de atores sociais, aqui entendidos segundo a abordagem de Touraine (1994, p.200), em seu livro

Crítica da modernidade, no qual estabelece uma diferenciação entre indivíduo, sujeito e ator:

[...] o indivíduo não é senão a unidade particular onde se misturam a vida e o pensamento, a experiência e a consciência. O Sujeito é a passagem do ID ao Eu, o controle exercido sobre o vivido para que tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator que se insere nas relações sociais transformando-as, mas em jamais identificar-se completamente com nenhum grupo, com nenhuma coletividade. Por que ator não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando também a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais.

Nessa perspectiva, o presente trabalho considera os atores sociais como agentes dinâmicos, produtores de demandas e reivindicações, e não apenas representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupam no sistema de produção ou organização social.

Em sua atuação, os movimentos sociais se utilizam de ações de pressão direta (denúncia, passando pelas mobilizações, marchas, concentrações, atos de desobediência civil, negociações) ou indireta. Pode-se dizer que os movimentos sociais sempre estiveram presentes na história por representarem “[...] forças sociais organizadas que aglutinam pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas, como campo de atividades e de experimentação social.” (GOHN, 2004, p.14). Para a autora, os movimentos sociais, de maneira geral, atuam de forma inovadora, expressam energias de resistência e de caráter propositivo.

O contexto brasileiro possui especificidades delineadas a partir de um histórico comum de colonização, com desdobramentos bastante diferenciados em cada um dos países nas lutas pela independência e outras demandas sociais mais recentes. Não cabe ao presente trabalho se deter no percurso histórico dos movimentos sociais no Brasil, mas é importante destacar os fatos mais relevantes ao tema e seus desdobramentos recentes.

Entre as características histórico-culturais, destaca-se o passado colonial e escravocrata, de base econômica de monocultura, inicialmente cana-de-açúcar e/ou extração de recursos naturais, ouro, madeira, entre outros. Com a proclamação da

república e o final da escravidão, inicia-se um período de aceleração do desenvolvimento econômico, início de processo de urbanização, a construção de ferrovias, organização de instituições de crédito, o incremento do comércio. Contudo, essas oportunidades não puderam ser aproveitadas pelos ex-escravos. De fato, o que se constata é que os preconceitos partilhados pela sociedade branca difundiam a crença da menor capacidade do trabalhador negro face ao branco, ampliando a expectativa favorável que cercava a entrada de trabalhadores europeus.

Além das raízes escravocratas, é importante considerar o conjunto de forças que atuaram na constituição do Estado nacional que tiveram o predomínio da participação das elites econômicas. De maneira geral, pode-se dizer que, em muitos períodos, as relações entre sociedade civil e Estado passaram por fases de forte marca autoritária.

[...] o passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino americana em que se observa uma “naturalização” das relações sociais entre os cidadãos (não-cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser a norma geral, vista como natural pela própria população. Este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos ou a consolidação e o aprofundamento de períodos de democratização. (GOHN, 2004, p.226, grifo do autor).

No século XX, são registrados inúmeros movimentos sociais ligados às questões políticas e sindicais e, a partir dos anos 60, inicia-se um período marcado pelo regime militar no Brasil e em outros países latino-americanos. A redemocratização começa a dar sinais na década de 70 e, com mais intensidade, a partir dos anos 80, por meio da mobilização e pressão da sociedade civil e política, que tornou possível a negociação de uma transição do governo militar para o civil, o que aconteceu em 1985, com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral e, posteriormente, em 1989, com as primeiras eleições diretas para Presidência, desde a instauração do regime militar em 1964.

Um marco na ampliação da expressividade da sociedade civil organizada se dá com a promulgação da Constituição Federal, em 1988. Esse período, e com mais destaque nos anos 90, é marcado pela alteração no panorama econômico nos países ocidentais. Na indústria, a produção passou a ter como característica a produção de

forma fragmentada, de acordo com vantagens fiscais e econômicas oferecidas em diferentes países. É também uma época em que a economia informal ganhou escala e passou a atingir quase todos os campos de trabalho e, além disso, os sindicatos e as organizações trabalhistas perderam muito de seu poder de representação e negociação. Essas transformações tiveram seu impacto nas ações da sociedade civil, que passaram a apresentar uma maior diversidade em relação aos temas e problemas enfrentados, mudanças essas que se refletem na forma de organização, propostas, projetos políticos, articulações, tipos de liderança. Ao mesmo tempo, por questões históricas e a permanência da desigualdade de condições de desenvolvimento, mantêm-se ainda a mobilização em torno de questões básicas como a infra-estrutura, moradia e equipamentos públicos e a eles são acrescentados ou reforçados temas como as questões de raça, gênero, sexualidade, direitos humanos e ecologia.

No caso brasileiro, a partir do final dos anos 80 há uma alteração no cenário das organizações sociais. Passam a fazer parte contexto, além dos movimentos sociais de caráter associativo, como associações de bairros, associações comunitárias, fóruns, entre outras organizações da sociedade civil, as organizações não-governamentais (ONGs), que por meio de parcerias com o poder público, a iniciativa privada e/ou outras instituições nacionais ou internacionais, conseguem atuar de maneira bastante expressiva.

De fato, as ONGs se constituem em espaços diferenciados de articulação e participação, considerando como parâmetros as associações comunitárias, por exemplo, muitas delas originadas de comunidades de vizinhança e mantidas a partir de recursos mobilizados pelos próprios participantes, com decisões tomadas em reuniões ou assembléias e de atuação local. A partir dos anos 90, surgem movimentos como o Viva Rio, a Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida, entre outros, que se estruturaram a partir de demandas sociais e, em âmbito nacional, em ações articuladas em redes. Como o objeto do presente estudo é a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), que é uma rede de representantes de organizações não-governamentais atuando na defesa dos direitos das mulheres negras, é importante contextualizar em que campo do espectro de atuação social se encontram as organizações não-governamentais no país.

1.1 Sobre o campo de ação das organizações não-governamentais

O contexto de atuação das organizações não governamentais pode ser considerado bastante amplo e difuso. Em alguns casos, elas se têm voltado para o desenvolvimento de projetos e ações sociais, educacionais ou assistenciais, em outros atuam como interlocutora entre outras organizações, poder público, agências multilaterais e sociedade civil. Para alguns autores, como Maria do Carmo Brant de Carvalho (1998, p.87-88), pode-se considerar que as ONGs são regidas pelo princípio da solidariedade, por ações que envolvem a mobilização de agentes da sociedade e o acompanhamento da atuação do poder público, além de atuarem de maneira determinante no empoderamento de atores sociais.

Para traçar um perfil das organizações não-governamentais (ONGs) em atuação no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) realizaram uma pesquisa, apresentada em agosto de 2008. Nesse estudo, foi utilizada a denominação Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) reunindo as organizações registradas no CEMPRES (Cadastro Central de Empresas) como Organizações sem Fins Lucrativos, que se enquadram, simultaneamente, nos seguintes critérios:

- Privadas, não integrantes do aparelho de Estado;
- Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins;
- Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- Auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade

é livremente decidida pelos sócios ou fundadores. No caso brasileiro, esses critérios correspondem a três figuras jurídicas dentro do novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas.

O estudo revelou que, em 2005, havia 338 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil) no país, que empregavam cerca de 1,7 milhões de pessoas, com salários médios mensais de R\$ 1.094,44. Os dados da pesquisa apontam uma grande heterogeneidade e pluralidade dessas organizações, em que se enquadram igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, de desenvolvimento e defesa de direitos, etc. A pesquisa mostra que o universo das ONGs no Brasil é formado por inúmeros segmentos, possui um contexto histórico bastante específico e tem um campo de atuação muito amplo. A maioria dessas organizações (79,5% - 268,9 mil) não possui sequer um funcionário oficializado e 62% foram criadas a partir dos anos 90. Do total das Fasfil, 32% atuam na promoção e defesa dos direitos civis.

Diferentes autores (CASTELLS, 2001; FREY, 2003; SCHERER-WARREN, 2006) têm sinalizado que, no panorama atual, a sociedade civil organizada se apresenta como uma sociedade composta por diferentes redes de organizações, interorganizações, fóruns e/ou redes entre movimentos sociais. Sua atuação se dá por meio de parcerias entre esses diversos atores e esferas do poder público, sociedade civil e grupos econômicos, o que reflete o incremento na utilização de formas associativas, colaborativas e em rede, considerada, por esses autores, como uma das características do modelo de sociedade contemporânea.

Num segundo nível, encontram-se as formas de articulação inter-organizacional, dentre as quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre sociedade civil e Estado. (SCHERER-WARREN, 2006, p.111).

Essas redes de movimentos sociais estão inseridas em um universo bastante amplo das redes pessoais dos participantes, que dão suporte ao movimento e colaboram na

intermediação das diferentes estruturas acionadas nas ações de mobilização de seus membros. Essas redes também dependem da ação dos diferentes canais de mídia para se comunicar com seus aliados e adversários, para atingir um público mais amplo e para manter um repertório comunicativo atualizado (GOHN, 2004, p.98).

É nesse contexto que se insere a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, que atua na garantia de direitos das mulheres negras. Uma caracterização mais detalhada do campo de atuação da AMNB se dará no capítulo 2, ao se tratar do universo pesquisado. Por hora, cabe destacar que a AMNB está inserida no cenário atual do movimento social em que os diferentes atores sociais se unem em torno de objetivos políticos e sociais semelhantes e atuam por meio de ações articuladas de suas redes pessoais em busca do fortalecimento de sua causa ou em direção a um objetivo mais pontual.

1.2 A análise de redes sociais

Hoje estamos aumentando o reconhecimento de que nada acontece isoladamente. A maioria dos eventos e fenômenos está conectado, é causado e interage com um grande número de outras peças de um quebra-cabeças complexo e universal. Nós temos que reconhecer que vivemos em um mundo pequeno, onde todas as coisas estão conectadas com tudo o mais. Estamos testemunhando uma revolução na forma como os cientistas de muitas disciplinas diferentes descobrem que a complexidade possui uma arquitetura rigorosa. Temos que reconhecer a importância das redes. (BARABÁSI, 2003, p.7, tradução nossa).

O termo rede tem sido usado com frequência nas ciências sociais ao tratar de temas tão variados quanto o fluxo de capitais, modos de organização, biologia, as relações empresariais, o ativismo social e até mesmo o narcotráfico. Assim, é importante traçar um caminho que aproxime dos usos históricos conceituais da palavra para, aos poucos, deixar mais claro o sentido que se pretende abordar no presente estudo.

O ponto de partida pode ser a sua análise etimológica. A palavra rede deriva do latim e significa entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas

regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido. Inicialmente, o termo era utilizado como metáfora para os estudos de anatomia e fisiologia de Hipócrates, que concebia o corpo humano como uma gigantesca via de comunicação entre veias, artérias e órgãos. Assim, por muito tempo, a idéia de rede ficou predominantemente associada à conexão entre diferentes órgãos do corpo humano e, aos poucos, passou a ser utilizada também para descrever estruturas fisiológicas e um sistema interno ao corpo, um modo de funcionamento.

Uma grande mudança se dá na virada do século XVIII para XIX, quando o termo rede passa a ser utilizado também para tratar da infra-estrutura itinerária, de estradas de ferro ou de telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo, e se torna um modelo de racionalidade, representativo de uma ordem forma. Essa transposição tira o conceito do âmbito biológico (corpo) e o coloca em sua versão moderna; refere-se aos territórios e permite estende-lo à comunicação, circulação de pessoas e coisas. Também favorecem essa transposição o grande desenvolvimento das redes de transporte e de comunicação no século XIX e, depois, no século XX, das redes informáticas, que contribuem para ampliar a utilização do conceito para além dos aparatos técnicos. Colaboram, também, para a construção do conceito moderno de rede, que trata da criação e de estruturas artificiais de gestão do espaço e do tempo, disciplinas como a medicina, a economia, a engenharia e as ciências militares (MUSSO, 2004, p.22).

A rede transforma-se em metodologia no início do século XX, quando passa “[...] a associar o comportamento individual à estrutura à qual ele pertence.” (MARTELETO; OLIVEIRA E SILVA, 2004, p.42). Essa é uma transformação importante na medida em que passa a dar maior substância ao uso do termo. Considerar a rede como estrutura dá sentido a ela e torna possível analisar seus participantes, os tipos de vínculo existentes entre eles, as trocas realizadas e o papel que cada um desempenha numa determinada rede.

[...] as redes sociais estruturam os campos de diversas dimensões do social. [...] mostram que os vínculos entre indivíduos, entidades e organizações estruturam as mais variadas situações, influenciando o fluxo de bens materiais, idéias, informação e poder. [...] No caso das dinâmicas políticas, a natureza intrinsecamente relacional do poder já

sugere as potencialidades trazidas pela perspectiva em estudos sobre movimentos sociais, políticas públicas, partidos, organizações, a esfera dos negócios e elites políticas, entre outros. Os conjuntos de relações e posições relativas constituem uma estrutura relacional que constrange escolhas, dá acesso diferenciado a bens e instrumentos de poder, torna certas alianças ou conflitos mais ou menos prováveis, e influencia resultados da política. O estudo das redes permite integrar os atores em seus contextos relacionais específicos, sem necessariamente abandonarmos os pressupostos ligados à sua racionalidade, embora essa ganhe contornos bastante distintos dos considerados comumente pelas literaturas de ciência política e economia. (MARQUES, 2004, p.5).

A maior parte dos estudos de análise de redes sociais está no campo da sociologia, desenvolvidos a partir dos anos 1970 com a criação de ferramentas e métodos automatizados disponibilizados pela disseminação do uso do computador. Essas ferramentas permitiram que se avançasse no campo da mensuração e mapeamento das redes, além disso, tornam possível identificar características estruturais peculiares às redes estudadas:

[...] atualmente o que os analistas estruturais procuram avaliar são as formas nas quais padrões estruturais alternativos afetam o fluxo de recursos entre os membros de uma rede social. Estamos diante de novas formas de associação, imersos numa complexidade chamada rede social, com muitas dimensões, e que mobiliza o fluxo de recursos entre inúmeros indivíduos distribuídos segundo padrões variáveis. (COSTA, 2005, p.239).

Um estudioso importante no campo da mensuração das redes sociais é o sociólogo Mark Granovetter que publicou, em 1973, um artigo que trata do processo de encaminhamento para o trabalho, que apresenta alguns argumentos que corroboram a hipótese da circulação de informações entre pessoas que estão procurando emprego.

Para Granovetter (1973), a força do vínculo de amizade entre duas pessoas pode variar de acordo com uma combinação de tempo, intensidade emocional, intimidade, troca de confidências e de favores recíprocos. Cada um desses fatores é independente do outro, apesar de estarem relacionados. A partir dessa proposição, é definido, então, que as pessoas podem estar ligadas umas às outras por laços fracos, fortes ou não estar ligadas (*“strong ties and weak ties”*). Assim, os laços fortes, de maneira geral, são aqueles desenvolvidos com pessoas próximas, como parentes e

amigos e que possuem uma maior intensidade emocional e trocas, e os laços fracos se apresentam nos relacionamentos mais distantes ou menos freqüentes, como conhecidos.

Para explicar os vínculos, Granovetter (1973, p.1362, grifo do autor, tradução nossa) nos diz:

[...] considere-se, agora, dois indivíduos aleatoriamente selecionados – chame-os A e B – e o grupo $S = C, D, E, F, \dots$, todas as outras pessoas com ligações para um deles ou ambos. A hipótese que nos possibilita relatar a díade para estrutura maiores quanto mais forte o vínculo entre A e B, maior a proporção de indivíduos em S de quem **ambos** estarão vinculados, ou seja, conectados por um laço fraco ou forte. Essa superposição nos seus círculos de amizade provavelmente será mínima quando o laço for ausente, maior quando o laço for forte, e intermediário quando for fraco.

Ao analisar os vínculos fracos e fortes, Granovetter também aborda a ausência de laços. Para demonstrá-lo, o autor utiliza o seguinte gráfico:

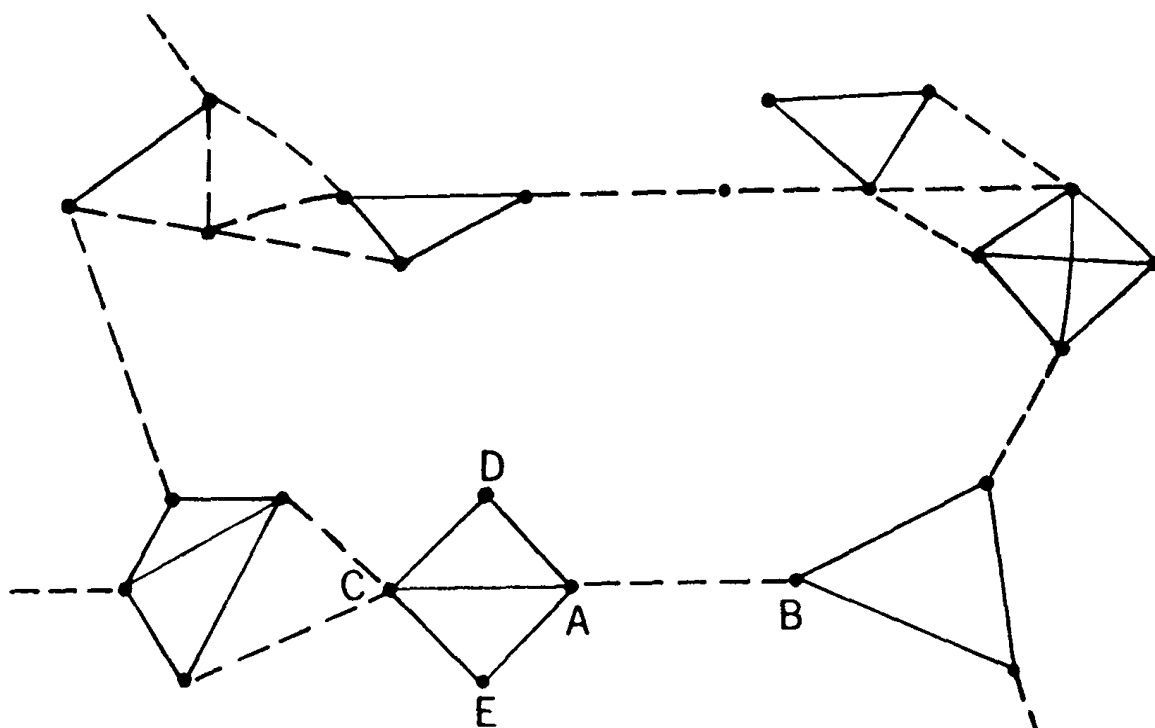


Gráfico 1

Fonte: Granovetter (1973, p.1363).

No gráfico acima observam-se os laços fortes (linhas continuas) que unem os vínculos e formam grupos que podem ser chamados de *clusters* ou cliques entre A, D, E e C. Entre A e B existe um laço fraco, que pode funcionar como ponte entre esses dois grupos e desse para possíveis acessos a outros grupos aos quais B está conectado. O mesmo fenômeno ocorre as ligações de C com outros grupos.

Quando se considera a ampliação de vínculos relacionais e a difusão de informação, os laços fracos são muito mais importantes, pois se tornam a ponte com grupos sociais que estão para além do círculo social de laços fortes ao qual as pessoas estão conectadas. No estudo de Granovetter (1973), profissionais técnicos da área de economia afirmaram ter conseguido o emprego atual por conta da indicação de um amigo distante, da escola, da infância, de um vizinho antigo que ele não vê há tempo ou de alguém de quem ele nem se lembra mais. Muitos desses laços foram fortes em algum momento, mas deixaram de sê-lo por diversas circunstâncias. A idéia é que as pessoas com as quais mantemos laços fracos tendem a se movimentar em grupos, redes diferentes das quais nos movimentamos e por isso têm acesso a informações diferentes das que temos, o que pode fazer toda a diferença no momento em que se procura uma informação de emprego (GRANOVETTER, 1973, p.1361).

Ao mesmo tempo, do ponto de vista do indivíduo, os laços fracos também podem ser considerados recursos importantes em relação às oportunidades de mobilidade. São eles que permitem que os diversos pontos de uma rede se conectem entre si e com outros pontos mais distantes, formando pontes, e não sejam apenas ilhas de conexão. Isso também significa que, quando se quer transmitir uma determinada informação para um grande número de pessoas de diferentes círculos sociais e culturais, é importante que se acionem os laços fracos, mais do que os laços fortes, pois são os laços fracos que permitem o acesso a outras redes e contextos sociais.

Nesse sentido e considerando as redes como um sistema complexo, o funcionamento dos mecanismos de transmissão de informação atuantes nas redes é especialmente interessante para o presente estudo. Uma abordagem sobre o tema é feita por Steven Johnson (2003), em seu livro *Emergência*, em que autor descreve como as informações são transmitidas em grupos como formigas, determinadas bactérias e na organização das cidades. Johnson começa seu livro contando sobre as

experiências com um organismo semelhante a uma ameba, denominado *Dictyostelium discoideum*, que costuma cobrir madeiras apodrecidas, de cor laranja-avermelhada. O *discoideum* tem uma vida complexa. “Quando o ambiente é mais hostil, o *discoideum* age como um organismo único; quando o clima refresca e existe uma oferta maior de alimento, ‘ele’ se transforma em ‘eles’. O *discoideum* oscila entre ser uma criatura única e uma multidão.” (JOHNSON, 2003, p.10, grifo do autor).

O mecanismo que proporciona essa adaptação permaneceu por muito tempo desconhecido para os cientistas. A hipótese predominante até a década de 60 era a de que as agregações do *discoideum* se formavam pelo comando de células-líderes, que ordenavam que as outras células comesçassem a se agregar. Conforme nos narra Johnson, no final dos anos 60, a pesquisadora Evelyn Keller, do MIT, uma bióloga molecular com doutorado em física, decidiu empreender um caminho diferente em relação à pesquisa sobre o comportamento do *discoideum*. A pesquisadora encontrou um estudo de Alain Turing sobre morfogênese, no qual o pesquisador havia desenhado um modelo matemático em que agentes simples eram capazes de gerar estruturas surpreendentemente complexas. O estudo levou Keller a considerar a hipótese de

[...] que as células de discoideum podiam provocar a agregação sem seguir um líder, simplesmente alterando a quantidade de AMP (acrasina) que elas liberavam individualmente, e depois seguindo os rastros de feromônio que encontravam enquanto vagavam por seu meio ambiente. Se as células do discoideum bombeassem uma determinada quantidade de AMP cíclico, os agrupamentos começavam a se formar. No início, as células seguiam trilhas deixadas por outras células, criando um feedback positivo que estimularia mais células a se agregarem. (JOHNSON, 2003, p.12).

Esse mecanismo se refere a um tipo de organização que acontece de baixo para cima (*bottom-up*), sem a necessidade de haver um líder. Esse é o tipo de organização que Johnson denomina como “emergência”, que pode ser considerada como o “movimento das regras de nível baixo para a sofisticação do nível mais alto”. Esse comportamento está presente nas organizações de formigas, na criação de *softwares*, nas organizações de pessoas em redes sociais.

A hipótese de Johnson de que nas redes estão presentes mecanismos de transmissão de informações que atuam aparentemente de forma desordenada, sem a

dependência de liderança interna ou externa, encontra diversos exemplos atuais, como o fenômeno da participação em redes sociais, a saber, Orkut, *My Space*, *Facebook*, entre outros. Outra utilização cada vez mais freqüente é o chamado *marketing* viral, em que a divulgação de produtos, serviços, campanhas eleitorais, como a do presidente americano, Barack Obama, ou ações de ativismo social em que uma das estratégias importantes é a disseminação de informações realizada por meio de mensagens distribuídas por participantes em páginas da internet, diferentes sites de redes sociais e também por meio de telefone celular.

Ainda sobre o papel da comunicação para as redes, é importante que se analise de que forma as informações circulam entre os participantes, situando acontecimentos e processos (culturais, organizacionais, produtivos, políticos) em diferentes campos, a partir da complexidade dos pontos (nós) que entrelaçam o local (próximo dos indivíduos) e os mundos externos. Em decorrência desse fato, as ações mobilizadas pelos integrantes de redes de movimentos sociais devem se pautar de modo a promover os fluxos de informação em diferentes planos. Isso significa não somente promover o acesso a redes de informação globais para atores locais, mas também procurar estabelecer conexões entre os espaços locais e globais, com procedimentos extrativos, de modo a promover a apropriação das informações disponíveis na rede pelos atores locais, e produtivos, para que os participantes tenham condições de inserir suas lutas nos espaços das redes globais (FREIRE, 2006, p.59). Dessa forma, um papel importante para as redes de organizações sociais está em se tornar canal de transmissão de informações entre um círculo privilegiado de atores, que têm em comum a participação em determinada rede e compartilhar causa, identidade, luta, região, segmento ou outro fator que dê contorno a rede.

No caso da AMNB, a comunicação compartilhada entre as participantes tem levado à divisão de informações sobre temas ligados à questão racial, às lutas femininas, sobre a participação em fóruns e conselhos e tem papel de destaque na mobilização das integrantes nas ações de mobilização na luta pela garantia dos direitos das mulheres negras.

As ferramentas tecnológicas de comunicação e informação têm potencializado níveis de organização e intercâmbio cada vez mais complexos por parte de indivíduos,

grupos e organizações sociais com muito maior intensidade que anteriormente. O uso criativo das novas ferramentas de comunicação, principalmente internet e celular, agregadas a ações específicas de articulação, podem congregam indivíduos que antes se encontravam dispersos ou isolados e concentrar suas ações em torno de uma causa comum, baseada em redes de solidariedade de natureza identitária (MACHADO, 2007, p.264). Nesse âmbito, a presente pesquisa se insere em caráter exploratório no sentido de verificar o quanto as ferramentas disponibilizadas pela internet como e-mail, fórum, listas de discussão podem atuar como fontes de ampliação dos laços fracos e das ligações ponte para uma rede de organizações não-governamentais, e de que forma esse uso se reflete nas ações de mobilização e articulação para redes de movimentos sociais.

1.3 Sobre o capital social

O conceito de capital é originário das Ciências Econômicas, que considera, tradicionalmente, três fatores associados à produção de bens: os recursos naturais (terra, bens agrícolas); o trabalho e o capital. Atualmente, a utilização do termo capital possui um sentido mais amplo. Inclui-se entre os recursos necessários para a produção o capital humano, referente à formação do trabalhador, e o capital social, que diz respeito às relações sociais. A adoção dessas duas categorias de recursos considera que todas as formas de capital devem ser conservadas, podem ser multiplicar, se aprimorar e que para isso necessitam de apoio e investimento.

Dessa forma, pode-se afirmar que a ampliação da rede de relacionamento de uma determinada pessoa ou grupo social está associada à ampliação de recursos pertencentes a essa pessoa ou comunidade. Esses recursos, que podem ser acionados e gerar benefícios às pessoas ou grupo social, têm sido denominados, por muitos autores, como capital social. O termo, importado das ciências sociais, tem sido largamente utilizado com o significado mais genérico do valor dos laços sociais existentes em determinada comunidade. Segundo Portes (2000, p.134),

[...] a originalidade e o poder heurístico da noção de capital social provêm de duas fontes: em primeiro lugar, o conceito incide sobre as conseqüências positivas da sociabilidade, pondo de lado as suas características menos atractivas; em segundo lugar, enquadra essas conseqüências positivas numa discussão mais ampla acerca do capital, chamando a atenção para o fato de que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência, à semelhança do volume da carteira de acções ou da conta bancária.

Há diferentes abordagens em relação ao capital social e, no presente trabalho, a análise se apóia nas reflexões realizadas principalmente por Pierre Bourdieu (1985), James Coleman (1988), Nan Lin (2001) e Portes (2000), que consideram o papel das redes de relacionamento na ampliação do capital social de indivíduos.

De maneira geral, considera-se que a primeira análise sistemática do termo foi feita por Pierre Bourdieu (apud PORTES, 2000, p.134), em 1985, definindo o capital social como “[...] o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo.” O fato de pertencer a determinado grupo por algum tempo tende a gerar uma fonte de solidariedade que pode reverter em benefícios diretos ou indiretos ao indivíduo – o que remete ao fato de o capital social ser entendido como o acesso e compartilhamento de recursos entre os participantes de um mesmo grupo. A quantidade e a qualidade desses recursos vão depender da extensão e do grupo social em que se está inserido. Bourdieu também aponta o fato de que pode haver um intercâmbio entre os tipos de capital, ou seja, a possibilidade de se ter acesso, a partir do capital social, a recursos relativos ao capital financeiro ou cultural, por exemplo.

Portes (2000) assinala que essa concepção pode ser considerada instrumental, na medida em que se foca nos recursos advindos dos benefícios da construção e participação deliberada de grupos sociais. Para o autor, as redes sociais deveriam ser construídas por meio de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações grupais, que poderiam ser utilizadas como fontes confiáveis de recursos.

Coleman (1988) considera que o valor do conceito de capital social repousa no fato de identificar certos aspectos da estrutura social pelas suas funções, a despeito de suas diferenças em forma, aparência e construção. Para Coleman (1988, p.98, tradução nossa), o capital social se define:

[...] pela sua função, uma variedade de entidades diferentes, com dois elementos em comum: todas elas contêm alguns aspectos de estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam eles pessoas ou atores corporativos – dentro de uma estrutura. Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a obtenção de certas finalidades que em sua ausência não seriam possíveis.

A função identificada no conceito de capital social está no valor desses aspectos da estrutura social para os atores, na forma de recursos que eles podem utilizar para atingir seus interesses. Pela identificação dessa função em certos aspectos da estrutura social, o conceito de capital social se constitui em apoio e valor para diferentes resultados no nível dos atores individuais e como ajuda na transição de ambientes menores para outros de maior amplitude, sem que necessariamente tenha ocorrido uma transição estrutural. Coleman utiliza como exemplo os círculos clandestinos de estudantes sul-coreanos que se constituem em capital social que esses estudantes podem utilizar em suas atividades revolucionárias. Pode-se considerar que, nesse caso, pertencer a esse grupo se constitui em um tipo de recurso que pode ser utilizado como suporte para que esses participantes possam realizar suas ações.

Coleman (1988, p.102, tradução nossa) também chama atenção para a questão da confiança e da reciprocidade presente nas relações sociais.

Se A faz alguma coisa para B e confia que B retribuirá o favor no futuro, isso estabelece uma expectativa em A e uma obrigação por parte de B. Essa obrigação pode ser considerada como um crédito (voto) de confiança de A em relação ao comportamento de B.

Se A possui um grande número de créditos de confiança, para as pessoas com quem mantém relações, a analogia em relação ao capital financeiro é direta. Esse crédito se constitui em recursos (ativos) que A poderá acionar em caso de necessidade – a não ser, é claro, que a confiança tenha sido depositada de maneira imprudente e aqueles em quem A depositou sua confiança não tenham condições para retribuí-la.

Pela descrição de Coleman, é possível considerar que o capital social está relacionado a laços de confiança e reciprocidade e que, assim como outras formas de investimento de capital, o investimento em capital social tem seus riscos e está sujeito a determinadas condições como confiança, reciprocidade e expectativas. Essa rede de

relações de confiança e obrigações pode ser observada nas relações familiares, em que muitas vezes há um patriarca que reúne uma série de familiares que lhe devem favores ou em ambientes políticos e sociais.

Em pesquisas realizadas sobre as dinâmicas presentes na implantação de políticas públicas no Rio de Janeiro e São Paulo, Eduardo Marques (2004, p.26) aponta que:

No que diz respeito especificamente à estrutura relacional – ou em nosso caso à tessitura do Estado – as evidências apresentadas sugerem que as redes estruturam o Estado internamente de maneira fortemente dependente da trajetória, mas também associada às escolhas políticas dos atores mais importantes. Nesse contexto, as relações pessoais são importantíssimas, mas, ao contrário do que se afirma usualmente, podem ser as unidades básicas de processos de construção institucional. As relações agregam pessoas e entidades, levando à constituição de grupos que polarizam as disputas políticas no interior do Estado. Esses grupos se associam com os detentores do poder institucional de forma negociada, fornecendo poder posicional – imprescindível para a gestão do Estado e para a implementação de políticas – em troca de poder oriundo da investidura dos cargos. As formas que essa negociação toma em cada caso particular podem variar muito dependendo da estrutura de poder e dos formatos institucionais presentes, mostrando que dada uma mesma estrutura relacional pode ter resultados muito diferentes quando associada a estruturas de poder e institucionais diversas.

O sociólogo Nan Lin (2001) ressalta a importância dos vínculos na obtenção de acesso aos recursos sociais presentes em uma determinada rede de relações. O autor define capital social como os recursos acessíveis mediante as conexões sociais diretas ou indiretas, considerando também que o capital social pode ser obtido não só pelas conexões internas ao grupo social, mas também por conexões externas a ele. Sobre o papel da internet, o autor afirma que “[...] as redes cibernéticas de comunicação representam uma nova era de redes democráticas e empreendedoras e relações nas quais recursos fluem e são compartilhados por um grande número de participantes com novas regras a praticas.” (LIN, 1999, p.48).

Para analisar como o capital social funciona, Lin (2001, p.20) aponta algumas características:

- 1- **Fluxo de informações:** facilita a disseminação das informações, considerando as diferentes posições em que os atores podem estar; faz com que a disseminação seja estratégica, por meio da transmissão em diferentes instâncias de participação na rede;
- 2- **Influência entre os agentes:** os laços sociais podem influenciar outras participantes da rede com poder de decisão.
- 3- **Credenciais pessoais:** pertencer a determinado grupo ou rede social pode funcionar como um passaporte ou referência para o acesso a certos grupos de privilégio ou círculos sociais;
- 4- **Reforçar a identidade e a coesão:** compartilhar valores e experiência com determinado grupo social, além de proporcionar bem-estar pessoal e segurança emocional, é importante fator de manutenção da saúde mental.

De maneira geral, os autores Bourdieu (1985), Coleman (1988) e Lin (2001) entendem que o capital social consiste em recursos incorporados às relações sociais e à estrutura social, que podem ser mobilizados ou acionados a partir da vontade de determinado ator social, para a obtenção de determinado resultado. Nessa perspectiva, as próprias relações sociais passam a ser consideradas capital na medida em que o processo econômico passa a ser determinado não apenas pelo capital natural (recursos naturais), produzido (infra-estrutura e bens de consumo) e pelos recursos financeiros. As interações entre as pessoas passam a ser consideradas riquezas e, portanto, podem ser mensuradas, ampliadas, diminuídas ou se tornar objeto de investimento (COSTA, 2005, p.240).

Para Wellman e Frank (2006, p.233, grifo do autor, tradução nossa),

Quando as pessoas precisam de ajuda, elas podem comprá-la, trocá-la, roubá-la, consegui-la do governo e caridade ou obtê-la por meio de sua “rede comunitária pessoal” – laços de ajuda de amigos, parentes, vizinhos ou colegas de trabalho. Esses laços fornecem “capital de rede”, a forma de “capital social”, que faz com que os recursos estejam disponíveis por meio dos laços interpessoais. Os laços e as redes são amplamente disponíveis, freqüentemente especializados e irregularmente distribuídos. Os membros da rede proporcionam ajuda emocional, material, informação, companheirismo e um sentimento de pertencimento. O seu ‘suporte social’ é um dos principais meios para

que os chefes de família (households) possam obter recursos para lidar com as aflições cotidianas e reduzir as incertezas. Essa rede comunitária de pessoas não são corriqueiras para as pessoas ou para a sociedade. Para os indivíduos, as redes comunitárias pessoais são flexíveis, eficientes, disponíveis e fontes de capital social criadas de acordo com a necessidade do usuário de baixo custo financeiro. Elas podem estreitar laços enquanto proporcionam os recursos necessários. Para a sociedade, o capital da rede converte recursos, confirma identidades, influencia comportamentos e reforça laços integrativos entre indivíduos, famílias (households) e grupos.

Os recursos oferecidos pela internet, como as listas de discussão, blogs ou fóruns, podem encorajar alterações significativas no tamanho, composição e estrutura das redes de relacionamento, atuando na manutenção dos laços, especialmente os não-íntimos, pois envolvem de maneira rotineira centenas de membros. A diminuição das distancias oferecida a baixo custo pela estrutura da internet dá condições para uma comunicação mais generalizada e pode fazer com que laços que estavam latentes sejam ativados de maneira mais expressiva do que se as pessoas estivessem em contato face-a-face (WELLMAN; GULIA, 1997, p.16).

É na combinação da perspectiva de articulação dos conceitos de movimentos sociais, redes sociais e de capital social que o presente trabalho procura investigar o impacto do uso da internet por redes de organizações não-governamentais. O objeto de estudo considera de que forma a internet ajuda na promoção e manutenção de laços e de como seu uso pode facilitar o contato entre os membros, a circulação de informação e o contato com participantes de outras organizações e redes. Para isso, será realizado um estudo de caso com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), cujo universo de atuação será abordado no capítulo 2.

2 UNIVERSO DE PESQUISA

Conforme abordado no capítulo anterior, a atuação dos movimentos sociais tem se caracterizado mais recentemente pelas estratégias de atuação em rede. É comum observar-se a parceria entre organizações não-governamentais na realização de projetos ou ainda a mobilização de diferentes atores, ONGs e outros, em ações de mobilização, como a Parada Gay, Manifestações contra o Aborto. Também faz parte desse fenômeno a criação e o fortalecimento de fóruns temáticos em que participam diferentes instâncias e atores da sociedade, seja do poder público ou da sociedade civil. Um exemplo disso é o Fórum Social Mundial, que tem acontecido anualmente e conta com a participação expressiva de setores da sociedade que atuam na garantia dos direitos e na melhoria das condições de vida das populações de baixa renda.

A atuação em rede de movimentos sociais, conforme chama atenção Ilse Scherer-Warren (2006, p.114), pode ser considerada um desdobramento e uma atualização nas ações dos movimentos sociais:

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania. Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro.

Esse movimento que privilegia as ações articuladas e a mobilização em torno de uma causa comum não se restringe a encontros pontuais, tem se difundido para diferentes setores da sociedade em diferentes segmentos, desde os movimentos ligados à saúde, à questão de gênero, ao combate ao racismo, entre outros. O presente trabalho se refere a um recorte dentro dos movimentos sociais: aqueles que atuam na

garantia de direitos das mulheres negras, e dentro desse recorte aqueles que participam da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, uma rede que reúne organizações de várias partes do país. O presente trabalho se propõe a pesquisar o quanto a AMNB tem se utilizado das ferramentas disponibilizadas pela internet em suas ações de articulação e mobilização e de que forma isso acontece.

Em primeiro lugar, será feita uma apresentação a respeito dos desdobramentos e percurso histórica da questão racial no Brasil e um recorte na temática de atuação da AMNB, as questões de raça e de gênero. Ao final do capítulo serão levantados um breve histórico da AMNB, seus objetivos e elencadas as organizações participantes.

2.1. Desigualdades raciais

Apesar de a abolição da escravidão ter completado 120 anos, em 2008, a situação de discriminação racial, somada à desigualdade e à pobreza material dos negros continua a ser um problema ainda longe de solução. A população negra brasileira, considerando a soma das pessoas que se declaram pretos e pardos, chega a 49,5% (preta 6,3% e parda 43,3%), segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2005. Apesar de haver uma similaridade na quantidade da população branca e negra, a desigualdade de condições e oportunidades entre os dois grupos é significativa. De acordo com os dados do IBGE, analisados pelo IPEA no documento Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, em 2006, temos que 14,5% da população branca encontrava-se abaixo da linha da pobreza, enquanto entre os negros esse número é mais que o dobro, 33,2%. No caso da indigência, a desigualdade é ainda mais grave: 4,5% dos brancos recebem menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* por mês, já para a população negra esse percentual é de 11,8%. De maneira geral, observa-se nos últimos anos, um declínio expressivo na proporção de pobres em todos os grupos de população, mas a velocidade da redução mantém relação com o critério de raça, entre 1996 e 2006, a proporção de brancos pobres passou de 21,5% para 14,5%, o que representa uma redução de 33%, no caso da população negra essa redução foi de 29%.

As desigualdades sociais em relação aos negros no Brasil têm raízes históricas das mais diversas e são um fenômeno bastante complexo. Ao analisar o tema, é preciso definir três conceitos principais: raça, racismo e desigualdades sociais. A classificação das populações em raças tem origem na biologia, que a partir do século XIX passou a classificar as populações a partir de certas características físicas, como cor da pele, forma do nariz ou dos lábios. Para Antônio Guimarães (1999, p.109, grifo do autor):

Foi a adoção de uma visão equivocada da biologia humana, expressa pelo conceito de "raça", que estabeleceu uma justificativa para a subordinação permanente de outros indivíduos e povos, temporariamente sujeitos pelas armas, pela conquista, pela destituição material e cultural, ou seja, pela pobreza. [...] No entanto, depois de a justificativa racial ter perdido legitimidade científica, a suposta inferioridade cultural - em termos materiais e espirituais - de grupos humanos em situação de subordinação passou a ser justificativa padrão do tratamento desigual.

O racismo é a prática social que reproduz a teoria da superioridade de uma raça em relação à outra. A manipulação de certos valores e verdades pode justificar o domínio de determinado grupo sobre outro. O dominante trata de atribuir ao outro grupo características negativas e inferiores. Exemplos na história recente de grupos discriminados racialmente são os judeus, os muçulmanos e os negros.

A doutrina de subordinação não tem mais legitimidade no Brasil, desde a abolição da escravidão. A igualdade de direitos para todos os cidadãos, independente de raça e cor, é assegurada pela lei. Mas, ao se analisar os números da pobreza no Brasil, percebe-se que esses dados não demonstram igualdade na representação entre as populações negra e branca. A população negra encontra-se expressivamente em maior número entre aqueles de menor poder aquisitivo. Para fazer uma análise sobre as razões deste fenômeno é preciso fazer uma breve revisão da literatura do tema, utilizando como referência o estudo realizado por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1988).

A interpretação mais difundida em termos de relações raciais foi formulada nos início dos anos 1930 por Gilberto Freyre, que enfatiza a contribuição positiva dos africanos e dos índios à cultura brasileira. Freyre foi o primeiro a mostrar a influência

destas populações na alimentação, hábitos de higiene, indumentária do povo brasileiro. A partir das idéias de Freyre, a mestiçagem é transformada em algo positivo, o que permite vislumbrá-la como parte de uma identidade nacional. O autor enfatiza a formação da sociedade brasileira baseada nas raças negra, branca e índia, que contribuíram com suas heranças culturais e que deram origem à mestiçagem também no campo cultural. Dessa idéia surge o mito de democracia racial, que considera o Brasil uma terra onde a mistura gerou um povo sem preconceito. Para Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (1988, p.164), o conceito de democracia racial criou uma arma ideológica contra os negros, considerando que está implícita na idéia de democracia a ausência de preconceito e discriminação e, portanto, a existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para brancos e negros.

O pensamento de Freyre influenciou de maneira determinante nos estudos desenvolvidos nos anos de 1940 e 1950. Na época, os pesquisadores consideravam que: 1) o preconceito no Brasil estava mais baseado na classe que na cor; 2) a consciência das diferenças não se relaciona à discriminação; 3) os preconceitos contra os negros se manifestam mais na fala que no comportamento (HASENBALG; SILVA, 1988, p.165).

Nos anos de 1950 e 1960, surge outra linha de pesquisa, que tem como autor mais influente Florestan Fernandes. Para ele, as relações raciais passam a ser analisadas dentro de um processo mais geral, que considera a transição de uma sociedade escravista agrária para o capitalismo industrial. O autor reconhece a existência de desigualdades raciais e as manifestações de preconceito e discriminação racial são vistas como resquícios do passado escravista. Essa corrente considera que a discriminação racial tenderia a desaparecer com o desenvolvimento industrial. Para Hasenbalg (1979), no entanto, o preconceito e a discriminação adquirem novas funções a partir da abolição da escravidão, as práticas racistas do grupo social dominante estão relacionadas aos benefícios simbólicos e materiais que os brancos obtêm da desqualificação competitiva dos negros. Dessa forma, a raça continua a operar como um dos critérios mais importantes na mobilidade social.

Outros autores também consideram que as desigualdades de tratamento, posição social, de direito entre colonizadores e colonizados, senhores e escravos,

podem ser aplicadas aos descendentes desses grupos incorporados num mesmo Estado nacional. Guimarães (1999, p.105) define: "[...] as desigualdades sociais são ditas raciais quando se encontram e se comprovam mecanismos causais operando ao nível individual e social que possam ser reduzidos à ideologia de raça." Muitas podem ser as justificativas para tal situação. Mas, o ponto central é a diferença de oportunidades de mobilidade social para o grupo inferiorizado. O racismo se manifesta, então, na pobreza e na não-cidadania. A prática discriminatória sistemática dos brancos e, sua contrapartida, a evitação de situações de discriminação, faz com que os negros tendam a regular suas aspirações com o que é culturalmente imposto, isto é, ocupem o lugar destinado às pessoas negras.

A flexibilidade na classificação racial do brasileiro também está relacionada à ideologia do embranquecimento. No auge do racismo científico no final do século XIX, a elite brasileira, preocupada com o grande número da população negra que poderia inferiorizar a categorização do país, decide diminuir as diferenças entre negros e brancos estimulando a imigração europeia e os casamentos inter-raciais com o intuito de produzir crianças mais claras.

Para Guimarães (1999), as elites brasileiras acabaram por perpetuar um não-racialismo e a miscigenação cultural e biológica como ideais nacionais. O racismo se apresenta como um racismo de atitudes, sem ser reconhecido juridicamente e apoiado pelas práticas sociais e pelo discurso. Isso é possível, segundo o autor, que lista cinco motivos para que isto ocorra:

- 1) As explicações das desigualdades sociais pela raça foram substituídas pelos conceitos de cultura, com a noção de superioridade para a cultura e civilização brancas;
- 2) A noção de cor substitui a de raça. Boa parte da população negra passa a ser classificada como branca ou mestiça, prevalecendo a definição da cor morena, que designava originalmente os brancos de cabelos escuros. Esta classificação mantém a estereotipia negativa dos negros, mas tira desta categoria a maior parte dos mestiços;

- 3) Há uma segregação informal dos negros, um tratamento desigual perante a lei, a estereotipia negativa dos traços somáticos dos negros os torna alvos preferenciais de policiais;
- 4) O não-racialismo, parte da construção da identidade nacional, foi equacionado ao anti-racismo. Dessa forma, negar a existência das raças significa negar o racismo como sistema. Muitas discriminações pela cor são negadas como tendo motivação racial, sendo que as raças não existem, mas apenas as cores, consideradas objetivas, independentes da idéia de raça. Esse tipo de manifestação pode ser reconhecido como tendo motivação de classe. As classes no Brasil são consideradas legítimas para justificar a desigualdade de tratamento e oportunidade entre as pessoas.
- 5) A situação de pobreza de boa parte da população constitui-se, em si mesma, um mecanismo de inferiorização individual e conduz a formas de dependência e subordinação pessoal que pode explicar certas condutas discriminatórias observadas em relação aos não-negros e ajudam a dissimular ainda mais o racismo (GUIMARÃES, 1999, p.107).

Pode-se considerar que o processo de exclusão, gerado a partir da categoria raça, tende a legitimar essa categoria na medida em que

[...] produz e reproduz identidades sociais, histórica e culturalmente forjadas como inferiores. Ilustra esse processo de cidadania hierarquizada, que estabelece as fronteiras de inclusão/exclusão, o direito ao voto do analfabeto instituído no Brasil em 1988 (art. 14 § 1º inciso 2º alínea a, da Constituição Federal); se nos lembrarmos que o contingente negro de analfabetos é maior do que o relativo ao branco, é possível avaliar o caráter racial embutido no direito ao voto, antes garantido de forma privilegiada aos brancos. Eram analfabetos no Brasil, em 1987, na faixa etária dos 15 aos 39 anos, 6,8% dos brancos e 19,8% dos negros. (BARBOSA, 1998, p.27).

Em relação a educação, nos anos 90, Fúlvia Rosemberg (1991) afirma que a escola frequentada pelo aluno negro pertencente a famílias mais ou menos pobres, seja ela pública ou particular, diurna ou noturna, e é de pior qualidade do que aquela frequentada pelos alunos brancos e amarelos, pois que seus cursos provêm um

menor número de horas diárias de aula, com menos recursos de infra-estrutura, maior rotatividade entre os professores, número maior de alunos por sala de aula, maior precariedade no material pedagógico e poucas bibliotecas. A autora considera que uma das causas para as diferenças de qualidade entre as escolas seria o que ela denomina segregação espacial da população negra. Famílias negras tenderiam a continuar morando nos mesmos bairros mesmo quando sua situação econômica melhora. Ainda que em condições econômicas mais favoráveis, os alunos negros tendem a ser tratados como alunos pobres. Essa tese encontra suporte em estudos que apontam que os brancos não reconhecem como iguais pessoas negras que ascendem socialmente.

Estou sugerindo também, no intuito de compreender mediadores da discriminação racial no sistema educacional, a possibilidade de que atuem mecanismos inversos aos que se encontram habitualmente no discurso de educadores: não seria a condição econômica que nivelaria a população negra, mas a pertinência racial que, na ótica do branco, nivelaria as oportunidades de acesso e permanência no sistema educacional, tratando a população negra indistintamente como pobre. (ROSEMBERG, 1991, p.31).

Dados da pesquisa, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, denominada o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, publicada em 2008, apontam que as diferenças raciais são determinantes em relação ao desempenho, permanência e frequência escolar. De maneira geral, a população negra está menos presente nas escolas, apresenta médias de anos de estudo inferiores às da população branca e taxas de analfabetismo muito superiores.

É possível afirmar que as desigualdades aumentam de acordo com o nível de ensino. Enquanto no ensino fundamental, a taxa de escolarização líquida – que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino compatível à sua faixa etária – para a população branca era de 95,7 em 2006; entre os negros, era de 94,2. A distorção é mais acentuada no ensino médio, com taxas de respectivamente, 58,4 (população branca) e 37,4 (população negra). Esses dados revelam que o acesso ao ensino médio pode ser considerado ainda bastante restrito à população em geral, mas é significativamente mais limitado para a população negra, que, por se encontrar nas

camadas de menor renda, tende a ser precocemente pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho.

Segundo Henriques (2001), a heterogeneidade na escolaridade da população adulta brasileira pode explicar grande parte da desigualdade de renda no país. A escolaridade média da população negra com 25 anos é de 6 anos de estudo, enquanto que um jovem branco da mesma idade possui 8,4 anos de estudo. Em sua pesquisa, Henriques demonstra que a escolaridade média de ambas as raças tem crescido ao longo de quase oitenta anos (a pesquisa apresenta dados desde 1929), mas o padrão de discriminação racial, expresso pela diferença nos anos de escolaridade entre negros e brancos, permanece inalterado. O autor considera que na última década houve uma melhoria no acesso à escola de maneira geral. Mesmo assim, os jovens negros apresentam níveis de desempenho inferiores aos jovens brancos. Pelo apresentado, observamos que, no campo da educação, negros e brancos têm um ensino diferenciado. Não é de surpreender que os índices de pobreza sejam maiores na população negra. Se a educação como forma de mobilidade social não é muito eficaz para os negros, suas possibilidades de melhorias nas condições econômicas se tornam bastante reduzidas (HENRIQUES, 2001, p.27).

2.2 Uma combinação perversa: desigualdade de gênero e de raça

Não bastassem todas as desigualdades a que estão sujeitos os negros, somam-se no caso da mulher negra as adversidades próprias impostas ao gênero feminino. Começamos nossa análise por um dos aspectos mais contundentes, que é a análise da expectativa de vida. Segundo dados apresentados pelo IPEA, em 2008, a expectativa de vida é fortemente influenciada pelo pertencimento a um grupo cor/raça ou gênero do indivíduo. De maneira geral, as mulheres vivem mais que os homens. Em 2006, enquanto 9,3% das mulheres negras tinham 60 anos ou mais, esse número entre as mulheres brancas é de 12,5%. Em 1993, esse número era de 7,3 (negras) e 9,4%

(brancas), apesar de a expectativa de vida ter aumentado para os dois grupos, as desigualdades entre eles permaneceram. Segundo o IPEA (2008, p.3),

[...] essa diferença de expectativa de vida pode ser resultante de uma maior vitimização das mulheres negras em decorrência do sexismo e do racismo que precarizam seu acesso aos serviços de saúde, habitação, emprego e renda, entre outros. No grupo masculino se percebe tendência similar. [...] Esta constitui, portanto, uma das mais perversas facetas das desigualdades raciais existentes em nosso país, pois as únicas justificativas para essas diferenças residem nas piores condições de vida a que negros e negras são submetidos.

No campo da saúde da mulher, foram coletados dados a respeito da realização de exames preventivos de câncer de colo útero e de mama. A pesquisa mostra que no Brasil 36,4% das mulheres de 25 anos ou mais nunca fizeram exame clínico de mama, quando se desagregam os dados tem-se que, entre as brancas, esse número é de 28,7% e, entre as negras, 46,3%. Essa diferença é encontrada mesmo em grupos com mais de 12 anos de estudo: 10,5% (brancas) e 18% (negras).

Em relação ao mercado de trabalho, a inserção da mulher negra já fazia parte de sua condição escrava e após a abolição se manteve por necessidades econômicas. É reconhecido que:

[...] a mulher negra tem sido aquela que cuida da casa e dos filhos de outras mulheres para que estas possam cumprir uma jornada de trabalho fora de casa. Sendo assim, quando falamos que a mulher moderna tem como uma das suas características a saída do espaço doméstico, da casa, para ganhar o espaço público da rua, do mundo do trabalho, temos que ponderar que, na vida e na história da mulher negra, a ocupação do espaço público da rua, do trabalho fora da casa já é uma realidade muito antiga. (MUNANGA; GOMES, 2006, p.133).

A pesquisa do IPEA mostra que, embora trabalhem mais e por mais tempo, os rendimentos dos negros são 50% menor que os dos trabalhadores brancos, segundos dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e da Organização Internacional do Trabalho e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em seu relatório, Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente – a Experiência Brasileira Recente – essas organizações apontam que em 2006, 35% dos pretos e pardos tinham jornada superior a 44 horas semanais e

recebiam em média 46,8% menos que os brancos. Essas informações estão associadas aos marcadores de gênero e raça, na medida em que as mulheres negras estão mais representadas no trabalho doméstico, em trabalhos não-remunerados e no trabalho informal. No caso das mulheres negras, que podem ser verificadas na tabela abaixo, seus rendimentos médios, em 2006, correspondem à metade dos rendimentos das mulheres brancas e a um terço dos rendimentos do homem branco.

Tabela 2 – Renda média da ocupação principal por sexo, segundo raça/cor.
Brasil, 1996 e 2006

Cor/Raça e Sexo	Negros		Brancos		Total	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Mulheres	340,8	383,4	718,3	742,1	561,9	577,0
Homens	570,9	583,3	1264,5	1181,1	962,2	885,6
Total	483,0	502,0	1044,2	986,5	804,4	754,2

Fonte: IBGE Pnad/microdados

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Figura 1 – Renda média da ocupação principal por sexo, segundo raça/cor. Brasil, 1996 e 2006.

Fonte: IPEA (2008).

É nesse contexto que se inserem as ações da AMNB, que considera que o

[...] gênero em si, tanto no Brasil, como na maioria dos países do mundo, um dos mais importantes conceitos e ferramentas para a explicitação da vigência de desigualdades no interior de sociedades e nações. De fato, é através da utilização do gênero como marcador das relações sociais e balizador do combate às desigualdades que medidas de reformulação das estruturas sociais e estatais têm sido propostas e empreendidas, especialmente a partir dos anos 70.

A hegemonização do conceito de gênero e as lutas por equidade a ele associadas apontam também para sua incorporação em diferentes estruturas estatais e multilaterais nas diferentes partes do mundo, oferecendo um ambiente supranacional (internacional) de estímulo e

suporte à tomada de decisões por parte de gestores públicos nos diferentes níveis.

Por outro lado, este vigor assinala também a vinculação das lutas pela igualdade de gênero a estruturas de classe e raça também hegemônicas. As formas como as perspectivas de gênero e equidade entre homens e mulheres vêm sendo elaboradas e/ou disseminadas não têm sido suficientes para confrontar, de modo incisivo ou aprofundado, os demais fatores envolvidos na produção de iniquidades que atingem mulheres nas diferentes partes do mundo. O que permite alterações na estrutura social em relação à participação das mulheres, sem que confrontem privilégios vividos pelos ricos e pelos brancos, conforme vêm apontando as organizações de mulheres negras no Brasil ao longo dos anos. Ou seja, permitindo a transformação das condições de vida e de acesso à igualdade de direitos a uma parcela ainda minoritária de mulheres, principalmente aquelas pertencentes aos grupos raciais, étnicos ou de classe social dominantes. O que significa dizer que sua contrapartida é o reforço ao racismo e demais fatores de exclusão social que transformam a vida das demais mulheres em violência e privação. (WERNECK, 2006, p.7).

A partir dessa perspectiva, a atuação da AMNB se pauta pela busca propositiva de ações que promovam a inserção da questão da mulher negra na elaboração de políticas públicas que revertam a atual situação de precarização em que vive boa parte desse segmento populacional. Sua ação no campo dos movimentos sociais se dá a partir da articulação entre diferentes organizações de mulheres negras, que atuam em diferentes campos – saúde da população negra, cultura, movimentos quilombolas, combate ao sexismo e a lesbofobia, entre outros -, buscando fortalecer esses diferentes atores e atuar de forma propositiva para a melhoria das condições de vida das mulheres negras.

No caso da AMNB, e da maioria das organizações de mulheres negras do país, a atuação tem procurado promover uma associação entre as perspectivas de equidade de gênero e raça. Essa perspectiva inclusiva tem levado a AMNB a ser interlocutora de governos, sociedade civil, agências multilaterais e internacionais, participando de Conselhos (Desenvolvimento Econômico e Social, Nacional dos Direitos da Mulher, Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Nacional de Saúde). Além de participar de articulações da sociedade civil, como Fórum Social Mundial, Jornada pela Legalização do Aborto Legal e Seguro, entre outros. Assumir e encampar esse “[...] desafio parte do pressuposto de que a centralidade do racismo e seus impactos na vida de mulheres e homens negros não excluem nem atenuam a vigência de outras ideologias produtoras

de subordinação. O que obriga ações diferenciadas na abordagem dos interesses das mulheres.” (WERNECK, 2006, p.9).

2.3 A Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)

A presença mais organizada das mulheres negras no âmbito do movimento feminista ocorre na década de 1980, no III Encontro Feminista Latino-Americano, ocorrido em Bertioga, em 1985, como um coletivo específico no campo feminista, que repercutiu na realização de diferentes Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. Um grande marco desse processo de organização, a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença, no Rio de Janeiro, 1988, que contou com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados e foi precedido por um número considerável de encontros e seminários em nível estadual (MOREIRA, 2007, p.60).

No período que se estendeu entre o primeiro e o segundo encontro nacional, realizado em Salvador, em 1991, o movimento de mulheres negras organizou-se, criando grupos, núcleos e fóruns estaduais. Ao longo da década de 1990, o movimento de mulheres negras envolveu-se fortemente nas discussões das Conferências Mundiais da ONU, destacando-se a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). A intervenção das mulheres negras nesses espaços contribuiu de forma decisiva para ampliar e fortalecer a abordagem e discussão da questão racial em âmbito internacional (RIBEIRO, 2006, p.805).

Nos anos 2000 e 2001, a temática do racismo e da discriminação racial ganhou destaque em nível internacional por ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, CMR, realizada na África do Sul, Durban, de 28 de agosto a 8 de setembro de 2001. No Brasil, as mulheres negras brasileiras marcaram sua presença nos diferentes espaços estabelecidos para preparação da conferência. No bojo desse processo foi criada a

Articulação de Organizações de Mulheres Negras PróDurban¹, que depois se tornaria a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, que na época era composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Criola, do Rio de Janeiro, pelo Geledés - Instituto da Mulher Negra, de São Paulo -, e pelo Maria Mulher, do Rio Grande do Sul. Em sua declaração inicial, Articulação chamava a atenção para as múltiplas formas de exclusão social a que as mulheres negras estão submetidas, em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo (CARNEIRO, 2002, p.210). Segundo documentos da AMNB,

[...] esta mobilização respondia à compreensão generalizada entre as organizações de mulheres negras de ser a dimensão raça – e o racismo – o principal fator de produção das condições de vida adversas em que vivemos. Compreensão esta compartilhada com o restante das organizações negras brasileiras e latino-americanas. Isto exigiria atuação intensa na agenda das Nações Unidas, dedicada especificamente ao tema. E, por outro lado, dava materialidade ativa ao consenso entre as organizações fundadoras, da necessidade de protagonismo das mulheres negras em todo o processo, de modo a produzir resultados adequados aos interesses deste grupo específico. (WERNECK, 2006, p.3).

Essa mobilização se manifestou em um destaque importante na atuação das mulheres negras nas conferências preparatórias e na Conferência Mundial, na criação do Fórum Nacional de Entidades Negras para a Conferência e, ainda, na criação da Alianza Estratégica Afro-Latino-Americana y Caribeña Pró III Conferencia Mundial Del Racismo, entre outras ações (CARNEIRO, 2002, p.210), tema que será abordado com mais detalhe no capítulo 3.

Após a Conferência Mundial, a AMNB realizou uma revisão dos seus objetivos

[...] assumindo a tarefa de advocacy no terreno das políticas públicas nacionais, de modo a introduzir a perspectiva da igualdade racial e de gênero nos diferentes programas de ação governamentais, nos diferentes níveis da administração pública. Dando maior ênfase à administração federal, em particular à políticas voltadas para as mulheres e para igualdade racial, além daquelas de desenvolvimento e de saúde. As ações previstas para o período pós-Conferência foram:

¹ Ver Anexo A - Folheto AMNB. Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras (folheto, s/data).

- Contribuir para o fortalecimento das ONGs de mulheres negras, capacitando-as para intervenção política qualificada;
- Ampliar e consolidar a intervenção da Articulação no cenário nacional e internacional;
- Implementar e monitorar os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo;
- Monitorar políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal para a melhoria da qualidade de vida das mulheres negras e da comunidade negra;
- Construir estratégia para inserção da temática da mulher negra na mídia nacional.” (WERNECK, 2006, p.4).

A partir desses princípios, a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) passou a integrar organizações que têm em comum o fato de atuarem no combate às diferentes formas de racismo, sexismo e discriminação contra a mulher e os negros, portanto, trata-se de um recorte no amplo espectro de atuação das ONGs e possui por isso, questões específicas ligadas à situação de exclusão e desigualdade em que vive a população negra e em especial as mulheres negras no Brasil.

Em seu documento *Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnica nas ações de combate à pobreza e à desigualdade. A visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB*, publicado em 2006, assinado por uma das fundadoras da AMNB, Jurema Werneck, a organização expõe sua visão a respeito das questões de gênero e raça no país e coloca seu papel nesse cenário. Nesse documento, que será utilizado como parâmetro de referência a respeito das posições da AMNB, sobre a sua posição em relação a luta contra a pobreza:

Um outro aspecto apontado pela AMNB e outras organizações negras é o fato de que é em torno do tema pobreza que uma série de estigmas fundados no racismo e no sexismo são postos em prática e/ou reforçados. Isto acontece tanto no âmbito das representações (a produção de imagens e conceitos) quanto nas ações e políticas públicas. Entre os exemplos mais comuns está a reiteração de imagens de negras e negros espoliados, vitimizadas, incapacitados para a ação. Não é uma coincidência que as imagens da pobreza trazem sempre homens e mulheres dos grupos racialmente inferiorizados, retratados em situação de espoliação, de tristeza, de impotência. Tais imagens povoam intensamente as diferentes mídias, tanto as produções comerciais quanto as das organizações sem fins lucrativos. Neste caso, em especial a mídia das organizações não-governamentais (majoritariamente dirigidas por brancos e brancas) e das organizações multilaterais vinculadas ao sistema ONU. Raras vezes é possível ver

imagens que contrariem representações de negras e negros como vencidos, incapazes de agenciamento de suas condições de vida. Dizendo de outro modo, é raro visualizar imagens de negras e negros como lutadoras e lutadores que, buscando brechas no ambiente de extrema violência, conseguem melhorar as condições de vida da comunidade. Fato, por sinal, não apenas corriqueiro, como também fundamental para a sobrevivência e permanência da população negra (e sua vinculação comunitária) desde a escravidão até aqui.

São também as visões de incapacidade e incompetência que informam e são incorporadas às políticas públicas atualmente em desenvolvimento. Resultam deste fato as chamadas “condicionalidades” no acesso às ações governamentais de combate à pobreza. Tais exigências pressupõem serem as vítimas das desigualdades e das injustiças, principalmente as mulheres negras, as responsáveis pelo quadro em que vivem.

Verifica-se também nos discursos sobre a pobreza e suas “soluções”, a reiteração e revitalização de noções de “classes perigosas” em vigor no Brasil, correspondendo a um modo de visão e discriminação com que as elites do regime escravocrata referiam-se a negras e negros. Atualmente, tais noções dirigem-se aos homens negros, em especial às crianças e jovens, retratados como portadores de uma violência quase atávica e potencialmente incontrollável, que ameaça a sociedade (digase, a população branca). A resposta “preventiva” a esta violência potencial, deve ser produzida através de projetos que “tirem as crianças da rua”.

Somem-se a estes estigmas as visões catastróficas que se apóiam no pensamento de Thomas Malthus (1766 – 1834), do crescimento populacional descontrolado ameaçando a sobrevivência da espécie humana. Visões estas tornadas mais agudas diante das taxas de crescimento (fecundidade) da população negra, maiores do que a da população branca, nas diferentes partes do mundo. Povoadas por imagens de mulheres negras múltiparas, indigentes, estas visões têm sido interpretadas por diferentes setores como a tradução do poder da fecundidade feminina negra de produzir mais pobreza (mais negros). Assim, muitas ações, políticas e projetos têm defendido o controle da natalidade – ou, de modo atenuado, o planejamento familiar ou os direitos reprodutivos das mulheres pobres – como área fundamental de intervenção para controle ou diminuição da pobreza. É importante assinalar a forte presença do discurso eugenista, que parte da hierarquização entre humanos, considerando a existência de populações inferiores ou incapazes que devem ser impedidas de se reproduzirem, como requisito para a melhoria da espécie humana.

(WERNECK, 2006, p.12, grifo do autor).

2.4 Foco de atuação da AMNB

Ainda segundo seu documento, em seu papel de articuladora, a AMNB tem procurado pautar na agenda social e política de forma reiterada dois aspectos principais:

- **multifatorialidade de causas** para a subordinação social a que estão submetidas as mulheres negras;
- **complexidade de abordagens** que se fazem necessárias na proposição e elaboração de alterações efetivas na qualidade de vida das mulheres negras.

Dessa forma, a AMNB considera que sua atuação deve ser ampla, propositiva, considerando o potencial de mobilização e articulação entre as organizações envolvidas:

[...] a AMNB advoga o reconhecimento da intersecção entre racismo, sexismo, lesbofobia, opressão de classe social, nas leituras sobre a desigualdade que inferioriza mulheres negras, produzindo pobreza e exclusão. Ao lado de fatores como diferenças e desigualdades regionais, segregação espacial, diferentes graus de acesso às políticas públicas universais, desvalorização simbólica e midiática, presença de deficiência e outros, que podem requisitar especificidades e individualizações tanto dos diagnósticos como de programas de superação.

Ao mesmo tempo, e principalmente, a AMNB aponta a necessidade de participação das mulheres negras, em sua diversidade, nas diferentes etapas de trabalho teórico, político e de formulação e gestão de políticas públicas. Ou seja, na visão da AMNB é prioritária a ação de empoderamento das organizações de mulheres negras, vistas como agentes fundamentais para formulação, implementação, monitoramento e avaliação das diferentes ações, nas diferentes esferas estatais e da sociedade civil, necessárias à efetiva transformação social. O que requisita ação articulada e aprofundada nas diferentes esferas da sociedade civil, como forma de estabelecer as bases de seu protagonismo nas ações que o combate ao racismo, ao sexismo, a lesbofobia e demais injustiças que atingem o grupo. (WERNECK, 2006, p.16).

A AMNB considera que as políticas públicas de ações afirmativas se constituem um mecanismo estratégico importante na promoção da igualdade racial e melhoria das condições de vida das mulheres negras. Essas ações devem seguir uma agenda que combine a diversidade dos grupos sociais e sua especificidade, ao mesmo tempo em que incorporem demandas relacionadas a fatores históricos, sociais, culturais e econômicos, conforme descritos abaixo:

As ações afirmativas assim colocadas apóiam-se em diferentes fatores. São eles: representação, compensação, transformação, individualização. Ou seja:

representação - significa garantir a presença das mulheres negras em todas as esferas da vida e das políticas, tanto pelo ângulo da clientela quanto pelo da gestão. É para garantir esta participação que iniciativas como as cotas foram criadas e têm sido bem sucedidas na ampliação de espaços de participação para alguns grupos discriminados, em especial as mulheres (em sua maioria, as brancas ou dos grupos dominantes);

compensação - implica o desenvolvimento de ações de reforço ao grupo e indivíduos, de modo a permitir a superação imediata das defasagens. Ou seja, significa tanto ações de desenvolvimento e reforço de habilidades, quanto outros estímulos que garantam a presença e permanência de mulheres negras nas posições de maior prestígio social ou remuneração, em todas as esferas. As ações de compensação de defasagens aqui descritas buscam conferir maior consistência às ações de representação;

transformação - ações que permitam mudanças na cultura e na ideologia, considerando o curto, o médio e o longo prazos. De modo a garantir a mobilização social e a participação dos diferentes segmentos no desmonte da estrutura de privilégios que o racismo e o sexismo conferem. Estabelecendo o ambiente necessário para a que a mudança das condições de vida das mulheres negras se realizem de forma sustentável e duradoura;

individualização - significa apropriar-se da visão de complexidade conferida pelo conceito de interseccionalidade para, a partir daí, propiciar um diagnóstico aprofundado da situação e o desenvolvimento das políticas, programas e projetos na perspectiva “particular” a cada grupo de mulheres negras, sejam urbanas, rurais e/ ou quilombolas; sejam de classe média, pobres ou indigentes; sejam heterossexuais ou não; com diferentes níveis de escolaridade, nas diferentes regiões do país, etc. A participação das organizações de mulheres negras é fundamental aqui para garantir a visibilização da diversidade e a produção de respostas adequadas a cada especificidade. (WERNECK, 2006, p.17, grifo do autor).

Nessa perspectiva, as ações afirmativas consideram a mulher negra de forma complexa e não homogênea e, a partir dessa visão inclusiva, a AMNB propõe também uma agenda para as diferentes políticas públicas bastante abrangentes, que inclui:

Redistribuição e integração dos recursos de financiamento, de infraestrutura e de pessoal envolvidos na formulação e implementação das políticas, de modo a contemplar prioritária e adequadamente aquelas capazes de reverter desigualdades que atingem as mulheres negras. O que implica necessariamente na presença de mulheres negras nas diferentes postos, inclusive na liderança de políticas, programas e projetos;

-Educação – significa o desenvolvimento de processos inclusivos no âmbito da educação, capazes de levar em conta a necessidade de superação do racismo e do sexismo no sistema educacional e na sociedade como um todo. Considerando fundamental a implementação de ações afirmativas voltadas para a população (para as mulheres) negra;

Saúde – estabelecer condições igualitárias de acesso à saúde que inclui o reforço ao Sistema Único de Saúde/ SUS, que, segundo IPEA (2003), é o destino de cerca de 80% da população negra que demanda ações em saúde. Como também o preparo continuado deste para responder adequadamente à atenção à saúde e aos agravos mais comuns entre a população negra, com dedicação especial às necessidades das mulheres negras. Além de fomentar de modo permanente mecanismos de enfrentamento do racismo institucional;

Emprego – medidas de equidade visando a distribuição não racializada das oportunidades de trabalho, combinadas a ações de superação do acesso desigual ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo que desenvolve estratégias de valorização e equiparação de direitos àquelas ocupações de maior participação da população negra, em especial o trabalho doméstico;

Infra-estrutura – em todas as vertentes, incluindo habitação, saneamento, transporte, acesso à terra urbana e rural, direito de compartilhar dos espaços públicos, de lazer, entre outros, de modo a possibilitar patamares aceitáveis para o desenvolvimento econômico e social das comunidades negras e o acesso das mulheres negras a estas políticas de forma prioritária;

Acesso à justiça – que inclui o enfrentamento do racismo (e do sexismo) entranhado nos mecanismos judiciais, que tem se traduzido no acesso maior de negros e negras às prisões com penas mais extensas, comparativamente ao acesso e condenação de brancos pelos mesmos crimes. Ao mesmo tempo em que negras e negros têm bloqueado seu acesso às medidas reparatórias das violações de seus direitos;

Democracia e participação – trata-se, de fato, da ampliação ou redefinição efetiva do conceito de democracia, para lá do jogo político que até o momento privilegia somente brancos, homens e mulheres. Implica inclusive a priorização de agendas capazes de atuar na reversão das desigualdades raciais, como também a participação da população

negra como interlocutora, formuladora e gestora das políticas. Bem como sua atuação, a partir da sociedade civil, no controle social;

Diagnóstico aprofundado das disparidades e da extensão do racismo, em especial em sua intersecção com o sexismo. Apesar da disponibilidade crescente de dados sobre as desigualdades raciais e de gênero, será preciso novas modalidades de investigação que possibilitem conhecer novos aspectos destas, inclusive a dimensão das desigualdades entre mulheres. Bem como sua extensão em termos qualitativos, para além da profusão numérica. O racismo e a profundidade de seus impactos individuais e coletivos sobre negros, brancos e demais grupos da sociedade ainda demanda estudos aprofundados capazes de substanciar medidas de reparação e superação;

Avaliação do impacto das políticas – os processos de monitoramento e avaliação de políticas têm, de forma crescente, feito parte da missão estatal e da sociedade civil. No entanto, seus impactos no enfrentamento das desigualdades raciais, via produção de indicadores específicos, precisam integrar os mecanismos de monitoramento e avaliação, de modo a que os resultados sejam compatíveis com os compromissos de realização de direitos. Bem como a apropriação, pela sociedade, destes indicadores e de mecanismos de monitoramento, em especial pelas mulheres negras;

Campanhas de mobilização e educação social – estas se colocam como importantes fatores de reeducação da sociedade, de confronto do racismo nas esferas simbólicas e da produção de um ambiente comprometido com a superação das desigualdades. E devem fazer parte da agenda de longo prazo das políticas;

Cooperação internacional – reconhecendo-se que o racismo e as iniciativas de sua superação não se restringem a um único estado nacional, o diálogo e a ação cooperativa entre estados e sociedades é fundamental para a produção de novos patamares de atuação criativa; (WERNECK, 2006, p.19).

Pelo conjunto de informações apresentado, é possível verificar que a AMNB se coloca no papel de um importante ator social na proposição e indução de políticas públicas que tenham como objetivo o combate às diferentes formas de opressão, discriminação e desigualdades das mulheres negras. Nesse sentido, a proposta da AMNB também inclui a constituição de diálogo e participação em diferentes fóruns e instâncias de ação pública e política, tais como Fóruns e Conselhos. A partir de informações levantadas com a coordenação da Articulação, integrantes da AMNB participam, em nível nacional, dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social/CDES, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/CNDM, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial/CNPIR; Conselho Nacional de Saúde/CNS, além de outros conselhos estaduais. A AMNB também tem participado nos processos de

discussão e preparação das Conferências: Nacional de Políticas para as Mulheres – 2004; Beijing + 10, 49ª Reunião da CSW (*Commission on the Status of Women*), 2005; Conferência das Américas contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas/Santiago + 5 (Brasília, 2006); I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005). Além de integrar o Fórum Social Mundial (Comitê Internacional/ Comitê Hemisférico); as Jornadas pela Legalização do Aborto Legal e Seguro; os Diálogos da Sociedade Civil contra o Racismo; Campanha 16 Dias de Ativismo contra a Violência Contra a Mulher; a Aliança de Parentesco – articulação entre organizações de mulheres negras e mulheres indígenas brasileiras e a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida 10 anos (Brasília, 2005).

2.5 Organizações participantes da AMNB

A participação na AMNB é institucional, isto é, para participar a pessoa precisa estar vinculada a uma organização não-governamental que atue na garantia de direitos das mulheres negras. É preciso também que a organização interessada tenha mulheres negras ocupando posições de direção na instituição. A instituição interessada em fazer parte da AMNB envia um e-mail para a coordenação, que irá submeter essa candidatura às demais participantes, elas, por sua vez, confirmarão sua anuência para o ingresso da organização que, depois disso, será informada do aceite de sua participação.

Atualmente², fazem parte da Articulação representantes de 28 organizações não-governamentais³, entre elas foram escolhidas cinco participantes integrantes da coordenação, que tem mandato de dois anos. A coordenação é escolhida por meio de eleição realizada em encontro presencial com a participação do maior número possível de integrantes. Para diminuir os custos de deslocamento e hospedagem das

² Os dados se baseiam em informações oferecidas pela coordenação da AMNB em abril de 2009.

³ A relação de organizações não-governamentais integrantes da AMNB encontra-se no Anexo B.

integrantes, a coordenação tem procurado agendar esses encontros durante ou após a realização de outros eventos, como a realização do Fórum Social, em que a maior parte das organizações já estará envolvida. Há a abertura de candidatura às interessadas e logo após acontece a eleição. A seguir, encontra-se um mapa com as organizações participantes da AMNB e seus estados de atuação.

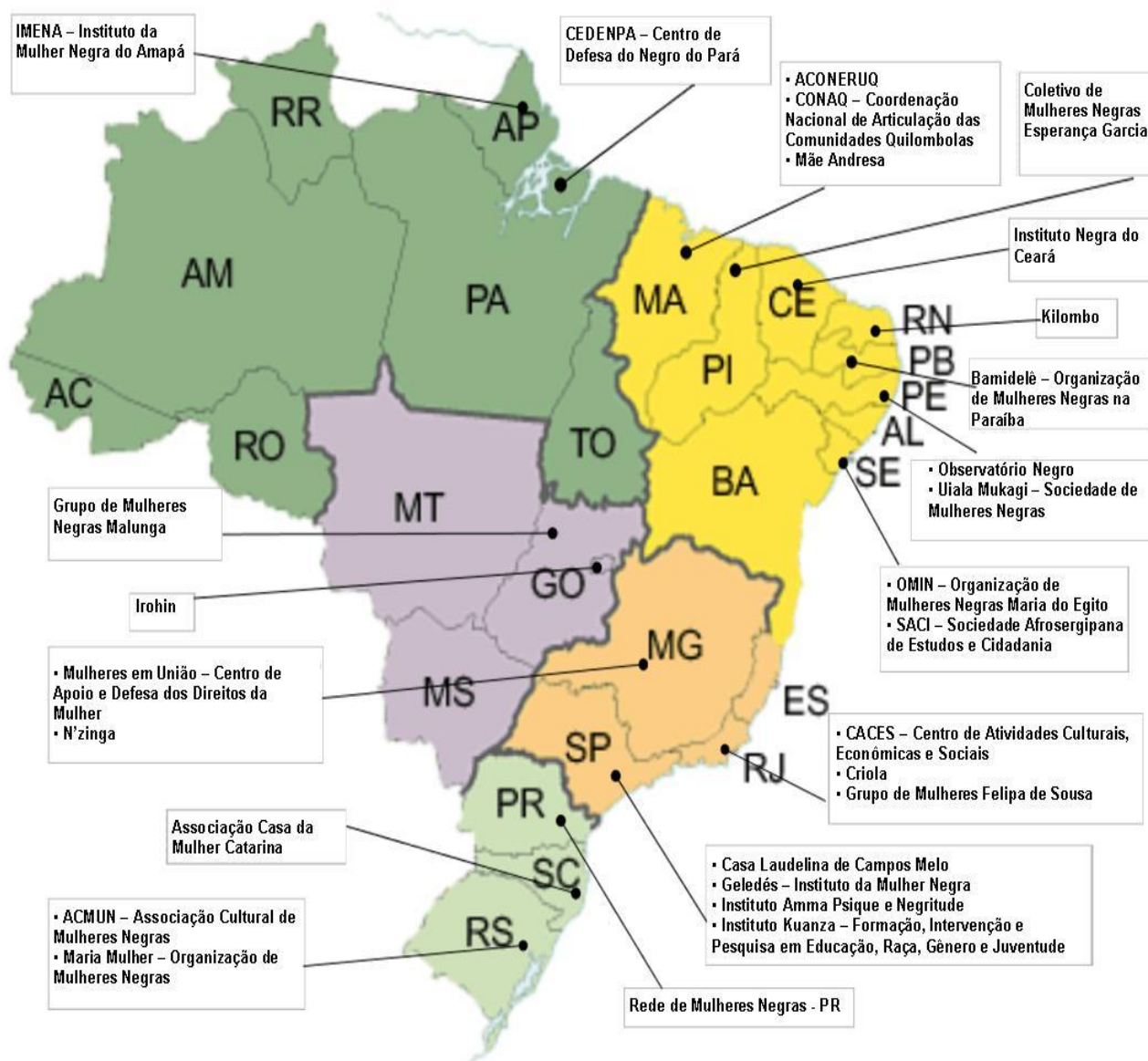


Figura 2: Mapa das organizações participantes da AMNB e seus estados de atuação.

Fonte: elaborado pela autora.

Pelo mapa acima, observa-se que a AMNB possui integrantes em quase todos os Estados brasileiros, por meio de organizações locais que atuam em diferentes áreas, como direitos humanos, saúde da população negra, educação, geração de renda, movimentos ligados a terra, entre outros. É importante destacar que as integrantes da AMNB constituem um recorte no feminismo negro brasileiro, que é composto por um número bastante expressivo de organizações.

Outro fator importante diz respeito aos recursos e porte dessas organizações, pode-se afirmar que muitas delas não possuem funcionários ou, quando possuem, estes são em número bastante reduzido. Além disso, muitas participantes se denominam militantes, não recebendo pagamento, e têm outras atividades profissionais como fonte de renda.

Para a realização de suas ações, pode-se afirmar que essas ONGs não possuem fontes de produção de recursos próprios e por isso buscam financiamento externo por meio da obtenção de recursos de organizações multilaterais, da iniciativa privada ou do poder público, ficando, dessa forma, dependentes de condições do contexto econômico em que estão inseridas. No momento em que se anuncia uma crise financeira que ganha contornos e repercussão mundial, pode-se esperar que haja um reordenamento da agenda dos financiadores e um conseqüente reflexo negativo nas ações dessas organizações.

3 UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELAS INTEGRANTES DA AMNB

Como a presente pesquisa tem como foco o papel do uso da internet nas ações de redes de movimentos sociais, o estudo a respeito da atuação da AMNB foi realizado principalmente utilizando-se dos recursos disponibilizados pela internet, como o e-mail. Considera-se também que a análise aqui realizada possui um caráter exploratório e em sua realização levanta elementos subjacentes ao uso dessa nova mídia, sejam eles os aspectos ligados à inclusão digital, ao ativismo social e novas formas de comunicação e disseminação de informações.

A análise da pesquisa será feita a partir da contextualização do uso da internet no país, dos dados levantados pela pesquisa, na etapa preliminar, e por meio do questionário. Como o tema da análise é o uso da internet, serão apresentadas informações e análise a respeito das ações iniciais da AMNB – durante a época de sua formação – no âmbito da realização da Conferência de Durban, em 2001. Também serão analisados os dados levantados a partir da pesquisa realizada com as integrantes da Articulação em relação ao uso da internet em suas ações de disseminação de informações entre as participantes, na articulação e mobilização.

3.1 Dentro e fora da internet

O uso da internet tem sido cada vez mais disseminado na sociedade em geral, em todas as faixas etárias e de renda, impregnando praticamente todos os segmentos profissionais. Com a expansão de seu uso, o papel que ela ocupa na vida das pessoas e os reflexos de suas apropriações na relação com outras mídias e na comunicação interpessoal são temas de discussões intensificados. Contudo, uma parcela significativa da população mundial se mantém excluída do ambiente virtual.

No Brasil, uma pesquisa sobre uso de tecnologias da informação e comunicação do Brasil (TIC Domicílios 2008) realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do

Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet, mostra que apenas 25% dos domicílios nacionais possuem computador, enquanto o acesso à internet foi identificado em apenas 18%. Mesmo registrando 60 milhões de usuários de computadores, nos últimos três meses de 2008, e 54 milhões de internautas no mesmo período, esses números representam 38% e 34% de toda a população, respectivamente. Esses dados permitem afirmar que, apesar do crescimento acelerado no uso de internet, mais da metade da população se encontra afastada dessa realidade. As causas para isso se encontram nos altos custos do equipamento e da contratação de serviços de acesso à internet, como a banda larga, entre outros. Uma forma inserção ao mundo da internet, principalmente para a população de baixa renda, que não possui computador em casa, tem sido o acesso a *lanhouses* que, segundo a pesquisa, se consolidaram como principal ponto para acesso no Brasil. A pesquisa estima que 48% dos brasileiros navegam pela internet por meio delas. A origem do acesso dos demais se dá em sua própria casa (42%), na casa dos outros (22%) e no trabalho (21%). O Comitê Gestor aponta o predomínio da frequência das classes de baixa renda nas *lanhouses*, mostrando que, conforme cresce a renda mensal, diminui a frequência – 82% daqueles que ganham até um salário mínimo por mês usam *lanhouses*, contra 69% daqueles que ganham até dois salários.

Apesar das pesquisas sobre a posse de computador e o acesso à internet não contarem com o recorte racial, é possível inferir que, da mesma forma que em relação aos outros índices de desenvolvimento, o uso da internet pela população negra e, conseqüentemente, pelas mulheres negras, encontra-se em níveis inferiores aos dos demais segmentos da população. Durante a pesquisa realizada para a presente dissertação, esse fato pode ser constatado na medida em que muitas das participantes tiveram dificuldade para acessar a internet por inúmeros fatores, como a falta de computador em casa ou na organização, necessidade de atualização ou reparo no equipamento da instituição e/ou falta de recursos para a manutenção ou a compra de um novo computador, além da não disponibilidade para arcar com os custos mensais de pagamento para a conexão em banda larga. Em casos das participantes de organizações localizadas em municípios distantes de grandes centros, como as do Maranhão, ligados ao movimento quilombola, esse fato se acentua, pois a área rural

encontra maiores problemas de infra-estrutura e conseqüentemente menor acesso a bens de consumo como telefone e internet.

Entretanto, mesmo antecipando as prováveis dificuldades de acesso, a proposta de realização da pesquisa foi mantida por se considerar que, apesar de haver obstáculos e descompasso desse segmento da população em relação aos grupos econômicos dominantes, existe, entre a população de baixa renda, uma percepção do potencial de comunicação que se encontra no acesso o que se observa pela sua busca e uso das *lanhouses*. Os movimentos sociais também acompanham essa tendência procurando inserir suas lutas, propostas e reivindicações aos recursos oferecidos pela internet. Observa-se esse fato no grande número de listas de discussão, blogs, sites, *newsletter* de grupos buscando dar visibilidade para suas ações.

3.2. Metodologia da pesquisa

A pesquisa a respeito do papel do uso da internet nas ações de redes de movimentos sociais, que tem como estudo de caso a atuação da AMNB, foi realizada principalmente pela internet e por meio de entrevistas com algumas das integrantes. A coordenação da AMNB disponibilizou os contatos das participantes, documentos, livros e outros materiais referentes às ações da articulação para subsidiar a elaboração do trabalho. A seguir, encontra-se uma descrição mais detalhada dos procedimentos adotados nas diferentes etapas da pesquisa.

A escolha da metodologia baseou-se na estratégia de estudo de caso, para tornar possível considerar a complexidade do fenômeno da utilização da internet, a dinâmica de inovações em que essa mídia está inserida e manter o caráter exploratório do tema. Como o foco da pesquisa é o uso das ferramentas disponibilizadas pela internet, foi feita a opção de privilegiar o levantamento de dados utilizando-se os recursos que esse meio oferece – principalmente, o e-mail. Essa escolha se baseia no fato de que, dessa forma, seria possível não só levantar as informações relativas à pesquisa, mas também averiguar de que maneira se dá a inserção das organizações

participantes da AMNB no ambiente virtual. Assim, a pesquisa foi realizada em dois eixos:

- a) Levantamento dos dados a respeito das ações da AMNB:
 - Pesquisa bibliográfica e documental;
 - Entrevista com integrantes da coordenação;
 - Informações gerais sobre as organizações participantes, realizada, principalmente, a partir de dados disponibilizados pela internet.
- b) Aplicação de questionário com as integrantes da AMNB.

3.3. Levantamento inicial de dados sobre as ações da AMNB

3.3.1 Dados coletados

A primeira etapa se concentrou em uma pesquisa bibliográfica e documental, que possibilitou o levantamento de um amplo conjunto de dados a respeito da AMNB, como a existência de um site, textos e documentos. Nessa etapa, também foram realizados contatos com a coordenação da Articulação no sentido de levantar informações sobre sua origem, suas participantes, formas de comunicação utilizadas e papel da internet em suas ações. Embora a coordenação estivesse inserida em uma agenda de ações ligadas à revisão da Conferência de Durban⁴, entre outras atividades de mobilização, o contato se estendeu durante todo o processo de elaboração do projeto de pesquisa e foi bastante colaborativo. As informações coletadas inicialmente tiveram caráter exploratório e contribuíram para a delimitação do campo de atuação da AMNB e suas

⁴ A revisão da Conferência de Durban foi realizada no período de 20 a 24 de abril de 2009, em Genebra.

estratégias de comunicação. Abaixo, são apresentados os principais dados fornecidos por integrantes da coordenação, na primeira etapa de coleta de dados:

a) Sobre a circulação de informação e comunicação entre as participantes da AMNB:

De maneira geral, pode-se afirmar que as participantes são contatadas principalmente por meio da internet ou por telefone. Desde a criação da Articulação, as estratégias de comunicação utilizadas passaram por algumas adaptações,

[...] foi criada uma lista chamada *mulheresnegras*, no ambiente do *Yahoo Groups*, para divulgar entre as participantes da lista as informações sobre o processo de discussão preparatório para a Conferência de Durban. Mas “como a lista era aberta, quem quis pode se inscrever também, homens e mulheres, *negr@s* e *branc@s*. Na volta de Durban, criamos uma lista fechada, só para a AMNB. (A., integrante da Coordenação da AMNB⁵).

b) Sobre o uso da internet nas ações da AMNB:

A coordenação reconhece a importância das trocas de informação e comunicação que acontecem durante os encontros presenciais, mas em função das distâncias entre as participantes, dificuldades em relação às despesas de deslocamento, entre outros, nem sempre é possível realizá-los. Dessa forma, a maior parte das trocas de informação é realizada pela internet, via e-mail, ou por telefone.

A circulação de informação entre as participantes circula principalmente através de uma lista fechada de internet. [...] Só usamos internet ou reuniões presenciais. Tudo o que temos foi combinado via internet. (A., integrante da Coordenação da AMNB).

⁵ Para manter o sigilo das respondentes, os nomes serão modificados, e como identificação será utilizada apenas uma letra.

c) Sobre a participação de organizações na AMNB:

As organizações interessadas em participar da AMNB procuram a coordenação para iniciar sua participação. Esta se dá de forma institucional, e as organizações interessadas em participar passam por um processo preliminar de participação.

A organização de mulheres, negras ou mista, liderada por mulheres negras pede inscrição através de carta (email) a uma das integrantes - que a encaminha para todas as integrantes. A partir daí, a (organização) passa a integrar em caráter temporário até a próxima reunião nacional, quando este pertencimento será confirmado. É condição para a participação na AMNB a vinculação a uma ONG, porque consideramos que estas têm condição de desenvolver uma ação cotidiana. (A., integrante da Coordenação da AMNB).

3.4 A contribuição da internet na participação da AMNB na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas – CMR

A realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas – CMR, também conhecida como Conferência de Durban, deu seqüência às duas conferências precedentes, realizadas em 1978 e 1983, na sede das Nações Unidas, em Genebra. Com as crescentes manifestações anti-semitas na Europa, o fim do regime do *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela como primeiro presidente negro da África do Sul, abriu-se espaço para a realização de uma nova Conferência internacional que tivesse como tema o combate ao racismo, à xenofobia e a outras formas de racismo e discriminação.

A esses fatos capazes de fundamentar de per si uma nova conferência, a ser sediada na África do Sul pós-apartheid pelo valor simbólico da localização (assim se pensou desde o primeiro momento), acresciam novos surtos violentos de discriminação, xenofobia e outras formas contemporâneas correlatas de intolerância que se vinham multiplicando mundo afora. Elas se consubstanciavam inter alia em agressões a imigrantes na Europa; no ressurgimento de doutrinas “supremacistas” brancas nos Estados Unidos, inspiradoras de “milícias” armadas; nas matanças intertribais da África, paroxísticas no caso de Ruanda; no recrudescimento de conflitos etno-religiosos asiáticos, com mortes e profanações de templos; na violência e vandalismo de skinheads e

grupos neonazistas dos dois lados do Atlântico (até mesmo no Brasil, [...] tudo isso era acompanhado pelo fortalecimento eleitoral, nas democracias modelares, de partidos populistas de extrema direita, para os quais o “orgulho nacional” do “homem médio do povo”, associado ao racismo, à xenofobia e ao anti-semitismo eram elementos demagógicos de plataformas programáticas. (LINDGREN ALVES, 2002, p.201).

Para os integrantes dos movimentos de direitos humanos, a realização da Conferência de Durban apresentou-se como um encontro que oferecia oportunidades de participação e discussão de temas ligados a suas lutas, como explicita Sueli Carneiro (2002, p.209):

Após a queda do muro de Berlim, as Conferências Mundiais convocadas pelas Nações Unidas tornaram-se espaços importantes no processo de reorganização do mundo e vêm se constituindo em fóruns de elaboração de diretrizes para políticas públicas. Como vimos reiterando em outros artigos, ao longo dos anos 1990, as várias Conferências deram visibilidade a temas essenciais, tais como direitos humanos, meio ambiente, direitos reprodutivos, gênero e pobreza, entre outros. Espera-se que o mesmo aconteça em relação ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância no Brasil e no mundo. Por isso, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas foi motivo de grandes expectativas e esperanças para o Movimento Negro do Brasil e para o conjunto da população negra.

É esse contexto que, em 2001, dá origem a AMNB, na época denominada Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban, e a uma de suas primeiras ações, que foi a realização de uma mobilização entre diferentes organizações para constituição de um grupo de mulheres que tivesse uma participação qualificada e propositiva por ocasião da realização da Conferência de Durban. Esse projeto contou com o financiamento da Fundação Ford e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e possibilitou que um contingente expressivo de mulheres negras, cerca de 120, participasse da Conferência na África do Sul e das conferências regionais preparatórias, realizadas no Chile e no Brasil⁶.

A internet teve papel importante nas ações de articulação da participação das mulheres durante a Conferência de Durban, na mobilização das participantes nas ações

⁶ Ver notícia sobre a participação das mulheres na Conferência de Durban no Anexo C.

preparatórias para o agendamento de inscrições, troca de informações sobre a Conferência, além de outros assuntos. Entre as estratégias para promover uma participação mais qualificada das mulheres negras, a AMNB preparou alguns materiais, como manual com informações sobre o funcionamento da Conferência, dinâmicas das reuniões, que documentos levar etc. Além de um manual de como lidar com a mídia, dar entrevistas, assuntos mais importantes a serem levantados. Também foi preparado um caderno denominado *Nós, Mulheres Negras*⁷, com versões em português, inglês e espanhol, sobre a situação das mulheres negras na época, que foi distribuído entre os presentes na Conferência e também enviado pela internet.

Então, ali você tinha um conjunto de informações organizadas... Porque precisava ser assim, eram dados sobre as mulheres negras na educação, no mercado de trabalho, na saúde... Nós fizemos o lançamento do caderno no Brasil antes de ir para a Conferência. Ele deu um grande impacto de mídia, porque era uma coisa nova. Então, a Articulação começa, quer dizer, essa Articulação embrionária começa a trabalhar nesse tema dessa forma. (E., integrante da Coordenação da AMNB).

Outra ação mediada pela internet que merece destaque foi o monitoramento de mídia realizado de 25 de agosto a 14 de setembro de 2001, que acompanhou diferentes veículos de comunicação antes, durante e depois da conferência. O projeto teve como objetivo acompanhar e divulgar a cobertura que a imprensa escrita brasileira realizou sobre a Conferência de Durban e envolvia as seguintes ações:

- Discussão e definição de variáveis/categorias de leitura, seleção e cadastramento de matérias;
- Elaboração de projeto gráfico e conteúdo para informativo eletrônico;
- *Clipping* das matérias veiculadas nos jornais e revistas monitorados (**jornais:** *Correio Braziliense*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e as **revistas:** *Época*, *IstoÉ* e *Veja*);
- Elaboração e envio de boletim eletrônico.

⁷ A capa da versão em inglês dessa publicação encontra-se no Anexo D.

Esse monitoramento resultou na publicação de oito edições de boletins eletrônicos, que foram distribuídos para mais de 1.500 e-mails no período de cobertura do monitoramento. Durante a realização da Conferência, esses boletins tiveram papel importante na mobilização dos participantes. Segundo a coordenação da AMNB, os boletins produzidos diariamente eram impressos e distribuídos, pela manhã, entre as participantes da delegação brasileira e também colocados nas mesas de trabalho antes do início das atividades. Essa estratégia ajudou a fortalecer posição da delegação brasileira e a dar maior visibilidade para as informações geradas pela Conferência no Brasil, na medida em que traziam de maneira contundente a repercussão das ações da Conferência.

Enviados diariamente a mais de 1.500 e-mails, os boletins eletrônicos continham resumos e comentários sobre a cobertura e divulgavam informações atualizadas acerca das principais discussões que estavam ocorrendo durante a conferência mundial e informavam aos interessadas/os que não estavam presentes em Durban, mas também serviram de fonte de informação para as centenas de brasileiros que participavam da Conferência. Suas edições diárias eram copiadas e circulavam entre ativistas, jornalistas além da delegação oficial do governo brasileiro, que podiam dessa forma acompanhar os debates sobre a conferência e sua repercussão na mídia brasileira. (IRACI; SANEMATSU, 2004, p.137).

Esse tipo de participação e divulgação de informações tem uma estrutura semelhante à propagação de informações de baixo para cima (*bottom-up*) da bactéria *Dictyostelium discoideum* descrita no capítulo 1. Durante a Conferência de Durban, as integrantes da AMNB, como as moléculas do *discoideum*, cuidavam de divulgar de maneira eficiente as notícias para pontos privilegiados de sua rede, com o intuito de pautar discussões, reforçar posições e causar a repercussão no Brasil das ações em curso durante a Conferência em Durban, sem que houvesse a necessidade de se manter uma estrutura institucionalizada, como um mecanismo oficial de comunicação. O uso da internet possibilitou que se atingisse um grande número de pessoas em pouco tempo, o que fez toda a diferença na participação das integrantes a AMNB na Conferência.

Segundo Johnson (2003), os recursos utilizados pelo *discoideum* se constituem em uma estratégia de sobrevivência diante de um mundo hostil. No caso da AMNB, e de muitas organizações da sociedade civil, sua sobrevivência está vinculada à

produção de visibilidade, para seus integrantes e à sociedade em geral, além da mobilização de forças sociais que promovam o alcance de seus objetivos. Nesse sentido, a utilização da internet potencializa as estratégias comunicacionais utilizadas e permite o alcance de outros atores sociais que estão em pontos diversificados da rede, seja em termos territoriais ou por terem interesses ou estarem em áreas de atuação diferenciadas. Da mesma forma que o *discoideum*, a AMNB se transforma em multidão e amplia seu campo de atuação ao difundir suas informações de maneira estruturada e em rede. Esse é um tipo de comportamento emergente, de acordo com Johnson (2003), em que, mesmo sem uma liderança constituída, partes consideradas mais fracas ou em posições menos privilegiadas da rede passam a interagir e, de alguma forma, interferir em campos privilegiados, ou de maior poder constituído.

Esse tipo de ação, que envolve conexões e contatos individuais na geração, na disseminação e na distribuição eficaz de informações entre os membros da rede acionados rapidamente, com um alcance até pouco tempo impensável, tem resultado na ampliação da capacidade de produzir, compartilhar, expressar e difundir idéias, fatos, valores, visões de mundo, lutas e experiências individuais ou coletivas em torno de interesses, identidades e crenças. É o que vem sendo denominado ativismo social pela internet. Esse ativismo utiliza-se grandemente dos meios disponibilizados pela internet e de outros dispositivos móveis, como celular, na divulgação de suas reivindicações e como espaço público de fortalecimento dos atores sociais e de ampliação do alcance de suas ações (MACHADO, 2007, p.268). Foi por meio desse tipo de ativismo que a AMNB conseguiu realizar diferentes ações e deixar marcado seu posicionamento durante a preparação e a Conferência de Durban. O uso intensivo, organizado e político da internet na disseminação das informações para um público selecionado, participantes da Conferência, formadores de opinião, outros integrantes do movimento negro e sociedade civil, se mostrou como uma ação eficiente que soube utilizar os recursos disponibilizados pela internet para divulgar seus objetivos, acionando integrantes mais próximos de sua rede e participantes mais distantes de seu espectro de atuação por meio da divulgação direcionada a diferentes pontos da rede.

A participação expressiva da delegação de mulheres negras brasileiras na Conferência de Durban, se expressa, entre outros fatores, na eleição de Edna Roland,

da ONG Fala Preta!, como relatora-geral da Conferência⁸. O grupo de mulheres negras também teve papel importante na aprovação dos parágrafos relativos à população negra, na formulação de questões de saúde, destacando a necessidade de ações para o reconhecimento do recorte racial/étnico e de gênero no campo da saúde e a recomendação aos governos para a execução de políticas de atenção à saúde da população negra e a inclusão da condição genética humana no rol das possibilidades de discriminação (CARNEIRO, 2002; TELLES, 2003).

Ao final, a Conferência contou com a participação de 2.500 representantes de 170 países, incluindo 16 chefes de Estado, 58 ministros de relações exteriores e outros 44 ministros. Foram credenciados cerca de 4.000 representantes de ONGs e mais de 1.300 jornalistas (IRACI; SANEMATSU, 2004, p.137). As discussões suscitadas pela Conferência envolvendo as questões dos palestinos e a reparação em relação à escravidão, levaram as delegações dos Estados Unidos e de Israel a abandonarem o encontro. Apesar disso, ao final da Conferência, foram aprovados dois documentos: uma declaração de princípios e um plano de ação contra o racismo, que incluem a adoção, pelos países signatários, de medidas efetivas de combate ao racismo e todas as formas de discriminação. Em 2009, aconteceu, em Genebra, de 20 a 24 de abril, a Conferência de Revisão de Durban, que contou com a participação de um grupo de representantes do governo e da sociedade civil, entre eles algumas representantes da AMNB⁹. Entre os integrantes do movimento negro, foram realizadas diversas ações, seminários e reuniões preparatórias para a Conferência. A internet tem sido um dos principais veículos de comunicação das discussões realizadas antes, durante e após esse evento, por meio de blogs e listas de discussão.

⁸ Ver Anexo E, entrevista com Edna Roland sobre sua participação na Conferência de Durban.

⁹ Após a Conferência de Durban foram realizadas ações de acompanhamento e monitoramento dos compromissos assumidos durante a Conferência, e entre os participantes desse processo, está Edna Roland, relatora da Conferência, conforme matéria da Agência Estado de 16/06/2003, no Anexo F.

3.5 A internet nas ações da AMNB

Para investigar as informações sobre o uso da internet pelas integrantes da AMNB, foi elaborado um questionário, enviado pela internet, com as questões a serem respondidas (Anexo G). Ao questionário era incluído um convite para que a integrante da AMNB o respondesse e um parágrafo com informações sobre a pesquisa, considerando uma resposta por organização – o presente estudo procurou se concentrar no caráter institucional dos contatos proporcionados no âmbito da relação com a AMNB.

A utilização de um questionário se mostrou um instrumento importante na verificação do uso da internet pelas integrantes da AMNB, tanto do ponto de vista do levantamento de informações como a respeito do uso e familiaridade internet. Uma primeira versão do questionário foi inserida no ambiente *GoogleDocs*, e as participantes receberam convite com um *link* para realizar o preenchimento *on-line* do questionário. Essa primeira opção não se mostrou muito eficiente, pois a maioria das participantes teve dificuldade para acessar o *link* e enviar o questionário preenchido – das 28 organizações convidadas, apenas um realizou o preenchimento no *GoogleDocs*. A partir disso, foi feita uma tentativa de facilitar o preenchimento do questionário, o instrumental foi convertido em formato *MS-WORD* e passou a ser enviado como anexo. A experiência foi importante e se mostrou mais eficaz, pois a partir daí as respostas começaram a ser recebidas. Apesar disso, além do convite e envio por e-mail do questionário, também foi necessário, em quase todos os casos, que fosse feito ainda o contato telefônico, pelo menos uma vez, sendo que na maioria dos casos as participantes foram contatadas de ambas as formas várias vezes. Essa estratégia se mostrou importante no sentido de permitir uma aproximação com a realidade das organizações integrantes da AMNB e para verificar, quando ocorreu, os tipos e graus de dificuldade para o preenchimento do questionário. O processo de envio e recebimento dos questionários se iniciou em dezembro de 2008 e terminou em abril de 2009.

As respostas à pesquisa vieram de forma diferenciada. As integrantes da atual coordenação¹⁰, representantes das organizações: ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras; BAMIDELÊ – Organização de Mulheres Negras na Paraíba; Casa Laudelina de Campos Mello, Criola e Geledés – Instituto da Mulher Negra, responderam ao questionário de maneira conjunta, com uma resposta para cada questão. As demais participantes responderam de forma individual, ou seja, uma resposta por organização. Cabe ressaltar que algumas organizações não responderam ao questionário, esse fato pode ser justificado pelas dificuldades de infra-estrutura a que muitas organizações estão sujeitas, como a falta de computador ou dificuldade de acesso à internet. A análise das respostas da pesquisa foi feita a partir de eixos temáticos, norteadores da análise, a saber:

- a) O papel da AMNB**
- b) A AMNB no contexto dos movimentos sociais**
- c) A comunicação entre as participantes da AMNB**
- d) O site da AMNB**
- e) Laços-ponte: internet e AMNB**

a) O papel da AMNB

Conforme apresentado no capítulo 1, a sociedade contemporânea caracteriza-se por ser complexa, multicultural. Um ambiente em que as lutas dos movimentos sociais tendem, mais recentemente, a incluir novas categorias, tais como gênero, questões ecológicas, regionais, o respeito às diferenças, entre outras. Nesse sentido, os movimentos sociais passam a incorporar a atuação em rede como forma de engajamento e luta. Essa ação estruturada e em rede permite a aproximação entre atores sociais diversificados, seja em termos espaciais – atores que estão em contextos, espaços, cidades ou países diversos –, ou de tipos diferentes – organizações de diferentes portes orçamentários, parcerias ou campo de atuação. Esse

¹⁰ Segundo dados fornecidos pela AMNB, em abril de 2009.

tipo de mediação permite a conexão entre diferentes atores no espectro dos movimentos sociais e da sociedade em geral e, assim como assinalado por Granovetter (1973) em relação à procura de emprego, permite que se realizem conexões com atores que estejam em posições inacessíveis, a não ser pela ligação com a rede por meio das ligações-ponte, ou seja, indivíduos em certas posições da rede possuem ligações com outros em pontos que levam a redes diferentes de sua rede mais próxima, é a ligação com o amigo do vizinho ou a indicação do amigo do amigo.

No caso da AMNB, o que reúne as organizações de diversas localidades do país e com diferentes formas de atuação – saúde da população negra, educação, direitos humanos – é a causa da defesa dos direitos das mulheres negras. Esse fato dá a ela, Articulação, um papel diferenciado no cenário dos movimentos sociais brasileiros e às organizações integrantes o pertencimento a uma rede de organizações comuns, com ligações que podem promover trocas e ampliação de contatos para todas as integrantes. Nesse sentido, as respostas recebidas pela pesquisa ressaltam o papel político da AMNB, como articuladora entre diferentes organizações do feminismo negro.

- Contribuir para o fortalecimento das ONGs de mulheres negras;
- Construir estratégia para inserção na mídia nacional com recorte de gênero e raça;
- Ampliar e consolidar a intervenção da articulação no cenário nacional e internacional;
- Expandir as parcerias (locais, estaduais, nacionais e internacionais);
- Mulheres negras capacitadas para intervenção política qualificada;
- Elaborar plataforma política de gênero e raça para a sociedade (apresentar as candidaturas). (D.).

O próprio nome revela: Articulação entre diversas pessoas e organizações do movimento negro, que dão atenção especial à questão da mulher negra. (S.).

Combate ao racismo e ao sexismo, dando ênfase a participação e controle das políticas públicas para a população negra e em especial, para as mulheres negras. (R.).

Outra característica importante em relação ao papel e ao funcionamento da AMNB pode ser observada na sua organização. Ao falar do papel da AMNB, as participantes não se referem a um tipo de estrutura em que há uma liderança a ser seguida, novamente como o *discoideum*, todas e cada uma das integrantes da AMNB se

consideram parte integrante de uma estrutura de poder distribuído, com muitos centros (nós ou vínculos) entre os participantes, que são acionados a partir dos objetivos estabelecidos pelas organizações envolvidas. Ao mesmo tempo, afirmam a importância do papel da AMNB no fortalecimento das organizações e de seu campo de atuação e a possibilidade de intercâmbio de informações entre as organizações. Além do caráter analítico, de monitoramento e propositivo da AMNB em relação a políticas públicas relacionadas à população negra e feminina. Uma das participantes chama a atenção para o papel protagonista da AMNB na produção de conhecimento e referências teóricas a respeito da população negra, tais como exposto nas respostas:

[...] monitoramento da implementação dos diferentes documentos relativos à erradicação do racismo, do sexismo, da lesbofobia e de outras formas de discriminação; proposição e monitoramento de políticas públicas com vistas à produzir alterações nos indicadores sócio-econômicos e melhorias nas condições de vida das mulheres negras e das comunidades negras em geral. (F.).

**Políticas públicas;
Intervir no cenário nacional e internacional;
Fortalecimento das ONGs de mulheres negras;
Controle Social. (G.).**

Proporcionar um diálogo sobre diversos assuntos ligados a superação do racismo anti-negro no Brasil, enfatizando a questão da mulher negra. Na atualidade, a “revisão de Durban”, a continuidade do programa “Diálogos contra o Racismo” e a preparação para Conferência Nacional, ações junto a Secretaria Especial da Mulher, está demandando energia. (S.).

Sua principal estratégia tem sido de permitir o protagonismo das mulheres negras, no monitoramento e acompanhamento e a proposição de estratégias para o enfrentamento e superação do racismo em nível nacional e internacional. (B).

Direitos humanos, cidadania, controle das políticas públicas, ou seja, as representações nos conselhos, fóruns, comitês, nacionais e internacionais e também a produção de conhecimento. (C.).

O fato de a AMNB não se constituir como uma instituição única, mas do conjunto de organizações que têm um foco comum, dá um caráter diferenciado à sua atuação. Seu papel parece estar mais relacionado ao fato de se tornar um ponto de

convergência para os demais participantes da rede, de forma a permitir um acesso privilegiado a meios, atores e espaços, que as organizações sozinhas teriam mais dificuldade para acessar. Tornar-se um ponto de referência privilegiado, um conector para outros atores, torna-se o grande diferencial para que uma organização tenha interesse em participar ou não de uma rede, como a AMNB. As instituições por si mesmas, assim como os indivíduos, possuem redes de relacionamento pessoais, de proximidade, de interesse, de parentesco, que podem ser acionadas ou não de acordo com o momento, causalidade ou necessidade. No momento em que essas organizações passam a integrar uma rede maior, no caso a AMNB, seu campo de relacionamento se amplia, seu capital social é aumentado, portanto seu potencial de ação tende a ganhar escala, quanto maior for a rede a que ele estiver se integrando. Como apontam Wellman e Frank (2006, p.233), esse tipo de rede oferece ligações que se constituem em recursos especializados e irregularmente distribuídos, que podem proporcionar acesso à ajuda, recursos, bens, indicações ou informações importantes a baixo custo financeiro.

Dessa forma, participar da AMNB permite às organizações integrantes fazer parte de um grupo de atores que circula em diferentes esferas do poder público, que possui interface com agências multilaterais e outros atores da sociedade civil. A contrapartida de um investimento como esse é a manutenção de um vínculo com a AMNB, que fica mais forte quanto maior for o número de organizações participantes e a intensidade de seus vínculos e contatos. Esse tipo de mecanismo é denominado por Barabási (2003, p.86) como “ricos mais ricos” (*rich get richer*), ou seja, quanto maior o número de conexões que um ponto possui maior a possibilidade de que ele faça novas conexões.

b) A AMNB no contexto dos movimentos sociais

O tema das transformações da sociedade contemporânea foi abordado no capítulo 1, porém aqui cabe retomar alguns aspectos importantes relacionados à presença da AMNB no âmbito da atuação social. A realidade dos movimentos sociais

brasileiros tem passado por alterações relacionadas às transformações da sociedade, tais como a implementação da Constituição de 1988, a mudança do papel e da repercussão das lutas sindicais, a fragmentação dos objetivos de luta – questão racial, gênero, meio ambiente, entre outros. O advento de um modelo de sociedade que se utiliza de forma intensa da comunicação mediada pela internet, e que por isso torna possíveis associações menos territorializadas e mais carregadas de aspectos ligados a identidades pessoais, teve seu impacto nos movimentos sociais.

As organizações sociais também adquirem um papel mais propositivo quanto à formulação, no monitoramento de políticas públicas e em suas estratégias para dar visibilidade à sua causa e a seus participantes. Outro papel importante, no caso da AMNB, que tem sua luta focada nos direitos das mulheres negras, é, também, como mediadora, interlocutora entre as organizações participantes, outras organizações da sociedade civil e o Estado. Esse tipo de ativismo tem crescido entre os movimentos sociais, beneficiado pela facilidade na construção de redes horizontais de colaboração e compartilhamento de lutas e ação. Dessa forma, tem ocorrido uma tendência de que o ativista ou militante abandone a mediação de instituições para a realização de suas ações e busque, assim, construir interfaces, redes de ação diretas de parcerias, capazes de converter a potência de cooperação em poder de ação (ANTOUN, 2005, p.8).

A pesquisa mostra que, de maneira geral, as participantes consideram que o principal papel da AMNB está na proposição de políticas públicas que possam contribuir para a garantia de direitos das mulheres negras, especialmente na formulação, implementação e monitoramento de ações relativas às mulheres negras. Também se afirma o papel protagonista da AMNB no sentido de trabalhar no fortalecimento das organizações não-governamentais que atuam na área.

Ação política articulada das ONGs integrantes da AMNB na luta contra o racismo, o sexismo, e todas as outras formas de discriminação. (M.).

Propiciar o debate sobre as intersecções de gênero, raça, identidade e orientação sexual; ampliar as alianças estabelecidas entre as mulheres e intervir para a construção de uma sociedade verdadeira democrática. (F.).

As integrantes parecem considerar que a posição da AMNB é privilegiada do ponto de vista dos cenários dos movimentos sociais e permite que ela tenha também um papel importante no estímulo e na promoção do diálogo entre participantes e demais atores da sociedade civil e na divulgação de informações. Essa é a perspectiva que tem pautado a maioria dos movimentos sociais, observa-se com frequência uma tendência para a realização de ações articuladas ou em parcerias entre diferentes organizações, no sentido de fortalecer seu campo de atuação. Essa busca pela transversalidade nas ações está inserida em uma plataforma mais ampla da luta pelos direitos humanos, que inclui as lutas contra a exclusão social, pela igualdade de condições de vida para homens e mulheres, o combate a todas as formas de discriminação racial e a violência e que, também, contemple as dimensões de gênero, étnica, etária, regional, de equidade e de qualidade de vida. Além disso, essa forma de ação busca fazer a interlocução com outros atores do movimento feminista, de base local, regional ou global, de forma a inserir as ações da AMNB e suas integrantes em uma agenda global, em torno de uma cidadania mais extensa que a nacional.

Com suas filiadas manter a rede articulada, fortalecida e informada, com movimentos diversos levar o debate da situação das mulheres negras. (L.).

Contribuir com o encontro e troca de experiência entre entidades de mulheres negras e destas com os movimentos sociais, além de capacitar, e mobilizar politicamente as mulheres negras organizadas. (V.).

Ela acaba fazendo uma representação significativa para a garantia dos direitos das mulheres negras (direitos humanos), nos diferentes fóruns, na ABONG, na Articulação Feminista no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no Conselho da Seppir, no Fórum Social Mundial, sempre participa de mesas de discussão e outras conferência, comissões e ações internacionais, como a CEPAL (Comissão Econômica para Países da América Latina), que se reúne de 4 em 4 anos. Essa comissão se refere aos tratados do Cairo (das conferencias das mulheres do Cairo, Chile, Beijing). A Cepal avalia os governos e também as metas e compromissos assumidos nas conferencias. A AMNB também participa de reuniões com diferentes organismos para avaliação das metas do milênio, além de elaborar dados sobre as mulheres negras, atuando de maneira importante na produção de conhecimento sobre as mulheres negras.(C.).

A participação da AMNB em fóruns nacionais, latinos e mundiais, como Fórum Social Mundial, a Rede de Mulheres Afro-Latino Caribenhas, se constitui a manifestação mais efetiva da sua articulação e de sua capacidade de elaboração e proposição de políticas públicas, em espaços institucionais de formulação desse tipo de ação. Há estudos e pesquisas que têm dado destaque à importância da participação em fóruns, audiências públicas, redes e outras formas de articulação para a amplificação da participação e democratização da informação, além de atuar como mecanismos de ativação e dinamização desses espaços (SCHERER-WARREN, 2006, p.196). Essa participação também se constitui em um reconhecimento da capacidade da rede de estabelecer laços para além de suas redes originais e da inclusão de suas participantes e suas lutas em campos de decisão.¹¹

c) A comunicação entre as participantes da AMNB

As redes funcionam a partir de conexões existentes entre seus participantes. Como abordado no capítulo 1, essas conexões podem ser fracas, fortes ou até mesmo inexistentes. A disseminação de informações é um assunto importante ao se falar em redes, pois a própria sobrevivência de uma rede está relacionada à forma como seus integrantes se comunicam. As trocas de informações, além de proporcionarem a criação de novos vínculos e saberes, permitem que os participantes compartilhem suas experiências com demais. É importante destacar que o fenômeno das redes não tem origem na internet, mas foi profundamente afetado por ela, que possui diversos recursos que facilitam, estimulam, agilizam, permitem ganhos de escala a baixo custo às diferentes expressões comunicacionais dos participantes de uma rede. Dessa forma, os encontros presenciais podem ser menos freqüentes, ou até mesmo dispensáveis, dependendo das características e objetivos da rede, já que a comunicação cotidiana

¹¹ A respeito dessa participação, encontra-se no Anexo G, um artigo publicado no site da Agência Senado, que cita a participação da Articulação em audiência pública realizada no Senado, tendo como tema preparação para a Conferência de Genebra de avaliação da Declaração e do Plano de Ação de Durban. (matéria de 30/03/2009).

está garantida pelo uso do ambiente virtual, assegurando-se assim a existência e a manutenção de vínculo entre os integrantes de determinada rede.

O caso da AMNB não é diferente, uma das bases para as suas ações está na circulação de informações entre as participantes. Essas informações são de conteúdo selecionado de acordo com os seus interesses, como editais e concursos, possibilidades de parceria, eventos da agenda ligados às ações do movimento negro, como a Revisão de Durban, eventos do Dia da Consciência Negra, Dia da Mulher, entre outros. São informações que permitem às participantes integrarem de fato uma rede em que por meio de laços fracos, do tipo “[...] uma amiga de alguém da AMNB soube de uma vaga para um curso e a integrante da AMNB inclui na lista”, que podem levar outra participante a se inscrever e ter acesso a essa oportunidade.

Pelos dados levantados, pode-se dizer que, apesar de a internet ser apontada por todas como a principal via de acesso às informações oferecidas pela AMNB, reconhece-se que há uma defasagem em relação ao acesso a esse meio, o que pode ser atribuído a fatores ligados a problemas de infra-estrutura, para as organizações que se encontram em locais distantes de grande centros e às questões sociais ligadas à população negra, como baixo nível de renda e portanto de acesso a bens de consumo como computadores. As dificuldades de acesso à internet também podem estar relacionadas ao fato de que muitas das integrantes atuam como militantes, sem remuneração, e por isso com outras atividades profissionais, o que as leva a ter pouco tempo para acessar a internet no trabalho ou ir a *lan houses*.

Algumas participantes também apontam o uso combinado de e-mails e telefone e apenas uma menciona a utilização de material impresso pela AMNB. Segundo ela, esse tipo de comunicação é utilizado durante eventos dos quais a AMNB participa e é destinado ao público externo.

A ferramenta mais usada e mais eficaz que tem sido utilizada ao longo dos anos é a internet. A AMNB tem uma mala direta onde as integrantes trocam mensagens via e-mail. (B.).

Por internet e por telefone. A AMNB se estruturou em torno de um e-group chamado “mulheres negras” e depois constituiu um grupo fechado com as filiadas para a sua comunicação interna. (F.).

Uma ação importante realizada pela internet, e provavelmente inovadora de uso desse meio de comunicação, é a escolha de representantes para diferentes Conselhos aos quais a AMNB é convidada a integrar, para fazer representação em viagens ou eventos públicos. Cada vez que existe uma vaga a ser preenchida, esta é divulgada na lista exclusiva das integrantes da rede, que têm um prazo para se candidatar. Quando há apenas uma interessada para a vaga, as demais participantes confirmam, por e-mail, a indicação. Caso haja mais de uma candidata para a vaga é realizada, então, uma votação pela internet. As integrantes enviam por e-mail sua escolha em período pré-estabelecido, ao final, a integrante que tiver maior número de votos (e-mails com a indicação de seu nome) será a escolhida para a participação em determinado Conselho ou representação.

[...] fazemos também pela internet o processo de escolha para conselho ou para fazer representação em viagem, representação pública. Por exemplo, para representação em conselhos, em geral, ou as pessoas se auto-indicam e ponto, todo mundo concorda, ou tem votação. Depende do interesse. Então divulgamos na lista dizendo: “-Depois desse prazo, quem não mandar estará fora.” (E.).

Todo o processo de escolha e/ou eleição para a representação da AMNB em organismos de controle social e eventos ocorre via internet. A coordenação dispara a mensagem e contribui para que aquelas que estão sem comunicação se organizem para participar. Em algumas fases o número de participante chega a 100%. (D.).

Esse tipo de uso da internet – o acesso regular aos e-mails da coordenação – faz parte do cotidiano das participantes da AMNB, considerando que muitas das organizações integrantes têm dificuldade de acesso à internet, problemas com equipamento ou mesmo a falta de computadores na instituição. A busca pelas informações da AMNB se dá mesmo nos casos em que as participantes têm outras atividades profissionais e se envolvem com as ações da Articulação em horário alternado ao trabalho. Como em outras listas de discussão, ou redes, instabilidade nas interações entre os participantes também está presente, o mais comum é que ocorra a leitura das mensagens e as respostas apenas para aquelas consideradas mais importantes ou que digam respeito à própria organização (FERREIRA, 2002).

Sim, a gente tem uma lista que é o tempo inteiro. Tem comunicação o tempo inteiro, as pessoas podem não responder, mas as pessoas estão antenadas. De vez em quando alguém fala: “-Aquele mensagem tal.” Então, assim, as pessoas lêem. (E.).

De maneira geral, as integrantes reconhecem diversas ações da AMNB, que se iniciaram ou se desenrolam totalmente mediadas pela internet. As ações podem ser de comunicação, como a divulgação de informações sobre bolsas, financiamentos, dados sobre mulheres negras, sobre políticas públicas, a mobilização como para a participação na Conferência de Durban.

Na mobilização para os encontros internos ou não (encontros de planejamentos internos da articulação, Conferência das Mulheres, Avaliação de Durban, etc) trocas de informações em assuntos de interesses das organizações (fontes de financiamentos, assuntos sobre as redes, saúde, etc.). (R.).

Neste momento na articulação de entidades de mulheres negras vinculadas a AMNB para participação em seminário nacional de saúde. (V.).

O dia mobilização nacional da saúde da população negra, em 2007, em que foram realizadas diversas ações, seminários, eventos gerais. Houve um seminário nacional sobre saúde da população negra, realizado com apoio do PNUD. Foi criado um blog para essa mobilização e cada entidade programou em seu local uma ação e mandava para o blog a agenda. [...] Outras parcerias podem ser consideradas como a participação em conselhos de saúde, Câmara de saúde, etc. (C.).

d) Sobre o site AMNB

A AMNB possui uma página na internet, no endereço <http://www.amnb.org.br>¹², nesse ambiente estão inseridas informações divididas nas seguintes áreas: histórico, composição, objetivos, organizações participantes, artigos, publicações, dados, debates, links e contato. Estão no site os objetivos da AMNB e artigos relacionados ao tema de gênero e raça, mas não há informações a respeito de ações recentes da

¹² A página da internet da AMNB encontra-se no Anexo H.

AMNB. Segundo a coordenação, existem planos para reestruturação e atualização do site, no momento existe o interesse no levantamento de recursos que viabilizem essa ação. Para as participantes o site teria o papel de:

O de divulgação dos propósitos da AMNB e das organizações afiliadas; bem como o de fomentador de idéias anti-racistas, anti-sexistas e anti-lesbofóbicas. (D.).

Divulgar e dar visibilidade ações das organizações integrantes da AMNB e da própria AMNB, ter informações referentes às mulheres negras (artigos, etc.) que possam ser acessados por diferentes pessoas interessadas no assunto. (L.).

Quase não acessamos o site. A maior parte das informações e atualizações está concentrada no e-mail. (C.).

Apesar de reconhecer o papel informativo e o potencial de divulgação das ações e da Articulação e outros temas relacionados às mulheres negras, as participantes parecem fazer uma distinção entre os temas e estratégias relacionados ao site daqueles tratados na lista de discussão. É possível perceber que apesar do site não ser visto como referência para muitas das participantes, isso não desestimula o uso da lista de e-mail, que é considerada de longe a forma de comunicação mais eficiente entre as participantes. Pelas respostas, fica claro que o espaço privilegiado para as ações de articulação está concentrado na lista de discussão, que permite a circulação de informações, eleições para posições de representação, indicações de abertura de editais, bolsas e outras informações para as integrantes da AMNB. No caso do site, seu papel está deslocado para as informações que estão para além da lista e integrantes da Articulação. Trata-se de um espaço para divulgação das ações, conquistas e lutas da causa da mulher negra para o público em geral, portanto um poderoso veículo de comunicação para além da rede.

O site nasceu com o propósito de divulgar as idéias e ações da AMNB, bem como dar visibilidade as organizações de mulheres negras. Ao mesmo tempo em que dava visibilidade a pauta das mulheres. Atualmente o site está sem papel estratégico para as organizações. (F.).

O site tem sido importante, creio, mas não tanto quanto a comunicação por e-mails. (S.).

Vale a pena salientar, muitas das parcerias da AMNB tem sido feita através da Internet, é a forma mais econômica e rápida para nossas ações. A AMNB ao longo de seus anos vem crescendo referente ao número de associadas. É através do site que outras organizações de mulheres negras identificam a AMNB e vem solicitar através do e-mail sua filiação. A partir disto acontece um bate-papo entre as integrantes da AMNB e a organização que pretende se filiar para sua efetivação na AMNB. (B.).

e) Laços-ponte: internet e AMNB

A partir do referencial teórico fornecido pela análise de redes sociais, pode-se considerar que cada uma das participantes da AMNB possui uma rede de contatos próprios, que é acionada de acordo com seu contexto, necessidade ou momento. Participar da AMNB corresponde a entrar em uma rede dedicada, composta por outros contatos qualificados em relação ao tema gênero e raça. Nesse sentido, pode ocorrer uma ampliação de laços, inicialmente fracos, que podem vir a se tornar laços fortes, na medida em que ocorre uma convivência mais intensa, em que há identificação em relação a comportamentos e afinidades, além do campo de ação comum. Nesse sentido, podem também estar presentes o que Granovetter (1973) denomina de laços-ponte, aqueles que permitem ao indivíduo ou organização acessar recursos que estejam em outras redes das quais ele não faz parte, mas a que por alguma circunstância, ele pode estar conectado. Como no exemplo da busca de emprego, em que a indicação do “amigo do amigo”, pode fazer toda a diferença.

No caso das organizações não-governamentais em que a maior parte das ações se dá por meio de parcerias e financiamentos externos. Portanto, é fundamental que tais organizações tenham acesso ao maior número possível de informações e de contatos, a fim de que suas possibilidades de ação sejam ampliadas. Esse é o tipo de capital social que é gerado com base em relações estabelecidas pela AMNB – fato que as participantes reconhecem como exemplo:

O processo de Durban e de sua revisão. Todas as discussões e articulação ocorrem via internet. Quase todas as informações e a mobilização das organizações para o acompanhamento deste processo ocorrem via internet. (D.).

Participações em seminários, encontros e congressos nacionais e internacionais. (P.).

A Articulação teve um papel importante na mobilização pelas jornadas pelo direito ao aborto legal, criou-se um espaço de discussão de várias organizações para a discussão do tema do aborto legal. Essas ações começaram em 2003, mais pela internet. Os contatos iniciais todos eram feitos pela internet e depois geraram encontros anuais, mobilizações nacionais, campanhas e também encontros presenciais de acordo com a mobilização do momento. E atualmente está sendo realizada a revisão da Conferência de Durban com as informações circulando pela internet. (C.).

Além da participação qualificada em diferentes fóruns e encontros, o acesso a informações sobre bolsas de estudos, cursos, oportunidades profissionais, sobre ações de mobilização, as integrantes também reconhecem a ampliação de vínculos por meio da participação na AMNB e o acesso a contatos com outras instituições e redes que possibilitam parcerias e/ou financiamentos. Segundo a maioria das participantes, essa ampliação de vínculos tem sido mediada e facilitada pelo uso da internet, facilitadora da manutenção e frequência de trocas de contatos sem o custo do deslocamento ou de telefone, por exemplo. Esse aspecto se relaciona à função estrutural do capital social, como descrito por Coleman (1988), em que os indivíduos buscam auxílio na transição de suas redes para outras em que tenham acesso a um número maior de recursos, o que não implica necessariamente em transição na estrutura em que o indivíduo se encontra, ou seja, o acesso a informações sobre financiamento de projetos pode ajudar determinada organização integrante da AMNB, não fará com que ela mude sua condição estrutural por conta dessa parceria, mas vai ajudá-la a realizar seus projetos.

É importante destacar que o acesso a esses vínculos constituem-se em ampliação do capital social das integrantes e suas organizações a baixo investimento financeiro. Pode-se afirmar também que existe um investimento do capital social das participantes – expresso no mecanismo de solidariedade recíproca, na medida em que cada integrante oferece acesso às suas redes pessoais e, ao final, todas têm acesso a um

número exponencial de contatos. Abaixo encontram-se alguns exemplos de parcerias citadas pelas participantes da AMNB que foram mediadas pela internet.

Parceria com contato parcial com a UNIFEM¹³. (G.).

[parceria com] a Secretaria Especial de Política para as Mulheres¹⁴ e o UNIFEM, a partir da troca de mensagens para buscar apoio para alguma atividade ou para abrir diálogo com as gestoras. (F.).

O projeto Articulando em parceria com a CESE¹⁵. A AMNB mantinha a CESE informada do andamento do projeto e esta informava as instituições ligadas a AMNB. (L.).

Sei de parcerias importantes da AMNB, quer na questão de captação de recursos quer de ação política propriamente dita, onde a comunicação principal deve ter sido esses meios – email, chat, etc. No “Os diálogos contra o racismo”, por exemplo, que envolveu/envolve IBASE¹⁶, ABONG¹⁷, AMB¹⁸ e outras organizações, provavelmente, esses meios foram bastante utilizados. (S.).

A UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para as Mulheres – tem sido nossa parceira, para a reunião estratégica para o debate sobre o emprego doméstico e as mulheres, tanto para o financiamento como para a organização política de listar convidadas e parceiras para tal reunião foi feita através do e-mail. (B.).

As parcerias a que as participantes se referem são de dois tipos: em uma delas a ação foi realizada pela AMNB, representada pela coordenação ou outra integrante e um parceiro, ou, então, se refere a uma parceria que determinada organização pode realizar em favor de seus projetos, a partir de contatos feitos ou mediados pela AMNB. Esse acesso pressupõe a existência de mecanismos eficientes de transmissão de informação entre as participantes, de laços sociais fortes entre elas, o que dá credibilidade às informações transmitidas, ao mesmo tempo em que cada nova parceria realizada re-alimenta o fluxo de informações, de maneira que as participantes sintam

¹³ Unifem (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher).

¹⁴ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão do governo federal.

¹⁵ CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), realização de apoio a projetos ligados às questões dos direitos humanos).

¹⁶ IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas).

¹⁷ ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais).

¹⁸ AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras).

confiança para divulgar suas informações e utilizar as informações encontradas. (LIN, 2001).

3.6 A AMNB e seus parceiros

Com o intuito de complementar as informações a respeito das ações AMNB, também foram realizadas entrevistas com outros atores sociais, citados pelas integrantes da Articulação na pesquisa e com os quais tenham feito alguma parceria. Entre essas organizações, destacam-se o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), a Secretaria Especial da Mulher (SPM) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), entre outros. A partir de informações sobre seu contato prévio com a AMNB, foram contatados alguns profissionais dessas instituições para o levantamento de informações sobre a percepção a respeito do papel da AMNB nos movimentos sociais, sobre as ações desenvolvidas e o papel da internet para essas ações.

A respeito do papel social da AMNB, esses profissionais destacam que a própria existência de uma rede como a Articulação se constitui como um fator importante no campo dos movimentos sociais. Outro fator importante relatado é que o fato de integrar a Articulação possibilita a aproximação entre as organizações de mulheres negras e diferentes instâncias governamentais, agências de fomento nacionais e internacionais de financiamento, com frequência e sucesso variáveis. Ao mesmo tempo, em que esses profissionais reconhecem o papel precursor da Articulação entre as redes de organizações de mulheres negras no país.

Entre os campos de atuação da Articulação são apontados como relevantes as ações relativas ao enfrentamento do racismo e a questão da saúde da população negra, com algumas conquistas relevantes como a representação no Conselho Nacional de Saúde, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e na implementação da lei 10.639, que trata da inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no currículo.

Esses parceiros apontam que têm apoiado a AMNB principalmente no que se refere a participação em conferências nacionais e internacionais, possibilitando que as integrantes da Articulação estejam presentes em espaços importantes de discussão dos temas gênero e raça. Essa participação tem permitido também que o tema seja inserido na formulação de políticas públicas.

Os parceiros da Articulação também consideram que a internet tem tido papel de destaque na articulação e na disseminação de informações das participantes e se tornando essencial para ação e até mesmo para a própria existência de redes de organizações não-governamentais como a AMNB. Em uma época em que se muitos projetos e organizações têm sofrido o impacto na diminuição de recursos, por conta de crises internacionais e pela realocação de recursos, a utilização da internet passa a ter papel estratégico nas ações dos movimentos sociais na medida em que permite que se mantenham canais efetivos de comunicação e de mobilização a baixo custo por meio dos diferentes recursos, como listas de discussão, blogs, redes sociais e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou explorar o quanto que redes de movimentos sociais, no caso a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), têm se utilizado dos recursos da internet para potencializar suas ações. A análise procurou se apoiar nos conceitos utilizados pelos estudiosos de redes sociais, que consideram a natureza dos vínculos entre os diferentes atores de um determinado grupo social. Apresentando em linhas gerais os principais conceitos envolvidos na análise de redes sociais, vínculos e relacionamentos entre indivíduos e grupos, a análise do papel das redes sociais e dessas novas formas de ativismo social se apoiou no conceito de capital social, que trata do valor inerente às conexões que têm sido exponencialmente ampliadas com o advento de tecnologias como a internet e celulares.

A partir do levantamento realizado sobre os movimentos sociais e o papel das organizações não-governamentais, pode-se considerar que a criação de uma rede de organizações de mulheres negras como a AMNB não é um fenômeno isolado. Tem-se presenciado a formação de inúmeros fóruns, parcerias e diferentes tipos de ações colaborativas entre diferentes atores sociais, sejam organizações não-governamentais, sociedade civil, poder público, agências internacionais e outros segmentos da sociedade. Essa forma de ação articulada entre grupos diferentes parece ter se tornado um mecanismo de ação já impregnado no campo dos movimentos sociais.

O uso disseminado das tecnologias da informação e comunicação, principalmente a internet hoje e possivelmente os celulares no futuro, é largamente reconhecido. No caso da AMNB, a utilização da internet tem papel importante na diminuição das distâncias entre as integrantes, na diminuição das despesas de deslocamento, na manutenção dos vínculos entre as participantes e como forma de acesso a outras redes de relacionamento.

A internet também teve papel decisivo na mobilização para a participação qualificada e propositiva por ocasião da realização da Conferência de Durban, com a realização de monitoramento da mídia e na difusão das informações para um público formador de opinião. Essa pode ser considerada a grande força da AMNB: dar

visibilidade e força à ação de um grupo sistematicamente desprivilegiado, além de ampliar o alcance propositivo das ações das mulheres negras, intervindo em âmbitos até então restritos, como a participação em Conselhos Nacionais, em fóruns nacionais e internacionais. É assim que a AMNB se transforma em multidão e ganha espaço para a causa da mulher negra na mídia, na política, na economia, na sociedade.

A realização de parcerias a partir dos contatos mediados pela AMNB e estabelecidos pela internet reflete uma nova forma de relacionamento que já está inserida no cotidiano das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais, não apenas entre os integrantes dos grupos mais favorecidos economicamente. As novas tecnologias de comunicação, representadas pelos computadores, celular e internet, basicamente, permitem um ganho de escala entre as comunidades ou movimentos sociais já existentes e ainda a criação e o fortalecimento de vínculos entre pessoas e grupos sociais.

É importante destacar que os grupos econômicos mais poderosos já se apropriaram das novas potencialidades oferecidas pelos avanços das tecnologias de informação e comunicação em prol do fortalecimento de suas ações (FREY, 2003, p.175). No caso dos grupos menos favorecidos socialmente, a apropriação do uso das TICs pode se apresentar como um fator de ampliação do campo de articulação dessas redes, como propulsor de interação e promoção para as trocas de experiência, metodologias, ou como canal de articulação junto ao setor público, além ampliar os canais de divulgação das ações desenvolvidas. É nesse contexto que se inserem as ações da AMNB, ampliando o campo de ação política das organizações participantes utilizando os recursos disponibilizados pela internet.

As parcerias estabelecidas, a presença de diversas integrantes da AMNB em diferentes Fóruns, Conselhos e Conferências, dão a medida do quanto a ação articulada, em rede, sem a necessidade da existência de um líder, mas em que o poder distribuído, utilizado de forma direcionada pelos seus integrantes, têm conseguido conquistar espaços importantes em prol de uma causa. Uma das conquistas pode ser ilustrada na participação de integrantes da AMNB no lançamento do Plano Nacional de

Políticas para as Mulheres, no Palácio do Planalto em março, de 2008¹⁹. Além dessa participação, integrantes da AMNB têm participado ativamente do processo de Revisão da Conferência de Durban e de diversos fóruns, conselhos federais, estaduais e municipais. Essas inserções refletem o capital social conquistado por essas lideranças que utilizando, entre outros recursos, a internet, têm conseguido inserir na pauta das discussões políticas em curso a causa da mulher negra.

As conseqüências do uso da internet por diferentes segmentos da sociedade – economia, entretenimento, educação, entre outros – tem sido campo de pesquisas para diversos estudos hoje e esse fato deve persistir por algum tempo. É difícil pensar em algum campo do conhecimento que não tenha sido afetado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação. Ao presente estudo coube considerar o impacto da internet na articulação e mobilização de uma rede de organizações não-governamentais, AMNB, que demonstra fazer um uso sistemático, organizado e qualificado desse recurso. Essa utilização da internet, em combinação com outras ações de mobilização, tem contribuído para ampliar o capital social das integrantes da AMNB e permitir o acesso a grupos e redes aos quais suas integrantes demorariam mais tempo para acessar ou teriam mais dificuldade para fazê-lo.

Um fato que merece uma análise posterior que vai além dos limites do presente trabalho, mas cabe ser mencionado é o fato de que apesar dos ganhos de capital social obtido pelas integrantes da AMNB por meio das ações de mobilização realizadas, não se pode perder de vista que este retorno poderia ser ainda mais expressivo caso essas ações tivessem sido realizadas por grupos sociais oriundos de grupos economicamente mais favorecidos. É preciso considerar que a persistência das desigualdades sociais baseadas no racismo, no sexismo e na discriminação contribui para que os resultados do investimento no fortalecimento, na criação de novos laços e na busca de acesso a outros círculos sociais sejam menores para grupos historicamente excluídos socialmente. Esse fato parece estar relacionado à existência de um menor número de contatos, oportunidades e acessos disponíveis para membros de grupos sociais

¹⁹ No Anexo I, encontra-se o discurso proferido por Nilza Iraci durante a cerimônia realizada no Palácio do Planalto por ocasião do lançamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

excluídos, que precisam fazer um esforço maior no sentido de ampliar suas redes de relacionamento.

Nesse ponto, cabe um retorno à pesquisa de Granovetter (1973), que trata da força dos laços fracos na obtenção de indicação de trabalho. Ao estudar um segmento da classe média, o autor aponta que as informações sobre possibilidades de emprego circulam facilmente entre as pessoas e chegam àquelas que podem se beneficiar por esta informação por meio de laços fracos, amigo do amigo. Pode-se considerar que para comunidades negras o acesso a redes de informação como essas tem importância vital na mudança de seu status social de seus membros e na circulação destes para outros grupos sociais e oportunidades. Essa ampliação na rede de contatos conjugada a esforços no sentido de aprimorar as condições educacionais dessas comunidades pode ter impactos efetivos na mudança de suas condições de exclusão social. Nesse sentido, o potencial de comunicação e promoção de interação entre pessoas e grupos sociais possibilitado pela internet pode ter impactos positivos significativos para esse segmento da população.

Dessa forma, é preciso considerar a importância do uso disseminado da internet principalmente para os grupos sistematicamente discriminados, como as mulheres negras, e que essa utilização se constitui um mecanismo importante de visibilidade, fundamental para fortalecer suas lutas. Assim como os demais setores da sociedade, principalmente os economicamente privilegiados, os movimentos sociais e outros atores sociais menos organizados estão encontrando seu espaço na sociedade da informação, incorporando às suas lutas recursos até pouco tempo disponíveis apenas para aqueles de maior poder aquisitivo. É dessa forma que se encontram hoje na internet um sem-número de blogs de organizações não-governamentais, grupos, coletivos, indivíduos, listas de discussão, abaixo-assinados, redes sociais, páginas de notícias para diferentes causas sociais. É de se esperar que o número dessas ações cresça a partir dos investimentos já existentes em inclusão digital – como o barateamento do valor dos computadores e do acesso à internet –, sem contar o papel que o uso do celular, e futuramente, da internet móvel já desempenharam atualmente.

REFERÊNCIAS

- ANTOUN, Henrique. Mobilidade e governabilidade nas redes interativas de comunicação distribuída. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA UERJ, 2005, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em: <
<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/anteriores/n49/bienal/Mesa%202/MobilidadeeGovernabilidadenasRedes.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- BARABÁSI, Albert-László Barabási, *Linked: How Everything Is Connected to Everything Else and What It Means*, Plume Publishing, 2003.
- BARBOSA, Maria Inês da Silva. **Racismo e saúde**. 1998. 134p. Tese (Doutorado em Saúde Materno-Infantil)- Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John G. (Ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. Westport, CT.: Greenwood Press, 1985. p. 241-258.
- CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.214, jan./jun. 2002. p.209-214.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Sociedade civil, Estado e terceiro setor. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.12, n.4, out./dez. 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.1.
- _____. **A Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v.2.
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, Chicago, v.94, p.95-120, 1988.

COSTA, Rogério. Por um novo conceito de comunidade, redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Revista Interface**, Comunic., Saúde, Educ., v.9, nº.17, p. 235-248, mar/ago, 2005.

FERREIRA, Jairo. A dinâmica dos atos de linguagem em listas de discussão, **Revista Eletrônica Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n.8, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/jairo3.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ci. Inf.**, Brasília, v.35, n.2, p.58-67, maio/ago. 2006.

FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.21, p.165-185, nov. 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.78, n.6, p.1360-80, maio 1973.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo no Brasil: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. **Revista Brasileira das Ciências Sociais**, v.14, n.34, p.103-117. São Paulo, 1999.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Revista dos Tribunais. p.164. São Paulo, 1988.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2001. (Texto para Discussão nº 807).

IBASE, Caderno Ibase. **Sonhar o futuro, construir o presente**: diálogos contra o racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2002.

IRACI, Nilza; SANEMATSU, Marisa. Mídia e Racismo – A que é CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosana Silva (Org.). **Espelho Infiel**: o negro no jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

JOHNSON, Steven. **Emergência**: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. **Os bastidores da sociedade civil**: Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Cívicas. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 2006.

LIN, Nan. **Social capital**: a theory of social structure and action. Cambridge: University Press, 2001.

_____. Building a Network Theory of Social Capital. **CONNECTIONS**, v.22, n.1, Dept. of Sociology, Duke University, p.28-51, 1999.

LINDGREN ALVES, J.A., A Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. **Rev. Bras. Polít. Int.**, v.45, n.2, p.198-223, 2002.

MACHADO, Jorge Alberto S., Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n.18, p.248-285, jul./dez. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jul. 2008.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro. In: XXVIII ENCONTRO DA ANPOCS, 2004, Caxambú, MG. Disponível em:
<<http://www.centrodametropole.org.br/pdf/redes2005.pdf>>. Acessado em: 30 out. 2008.

MARTELETO, Regina Maria; OLIVEIRA E SILVA, Antonio Braz. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p.41-49, set./dez. 2004.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro**: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2007. 813f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2007.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.17-38.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.33, p.133-158, 2000.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.14, n.3, p.801-811, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 nov. 2008.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e Educação Inicial. In: **Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n.17, p.25-34, 1991.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, abr 2006.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TOURAINE, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

WELLMAN, Barry; FRANK, Kenneth A. Network capital in a multilevel world: getting support from personal communities. In: LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald. **Social Capital – Theory and Research**. New Jersey: Transaction Publishers, 2006.

WELLMAN, Barry; GULIA, Milena. **Net surfers don't ride alone**: virtual communities as communities. Disponível em: <<http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/publications>>. Acesso em: 08 set. 2007.

WERNECK, Jurema. **Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnica nas ações de combate à pobreza e à desigualdade**. A visão da Articulação de organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB. Rio de Janeiro, ago. 2006.

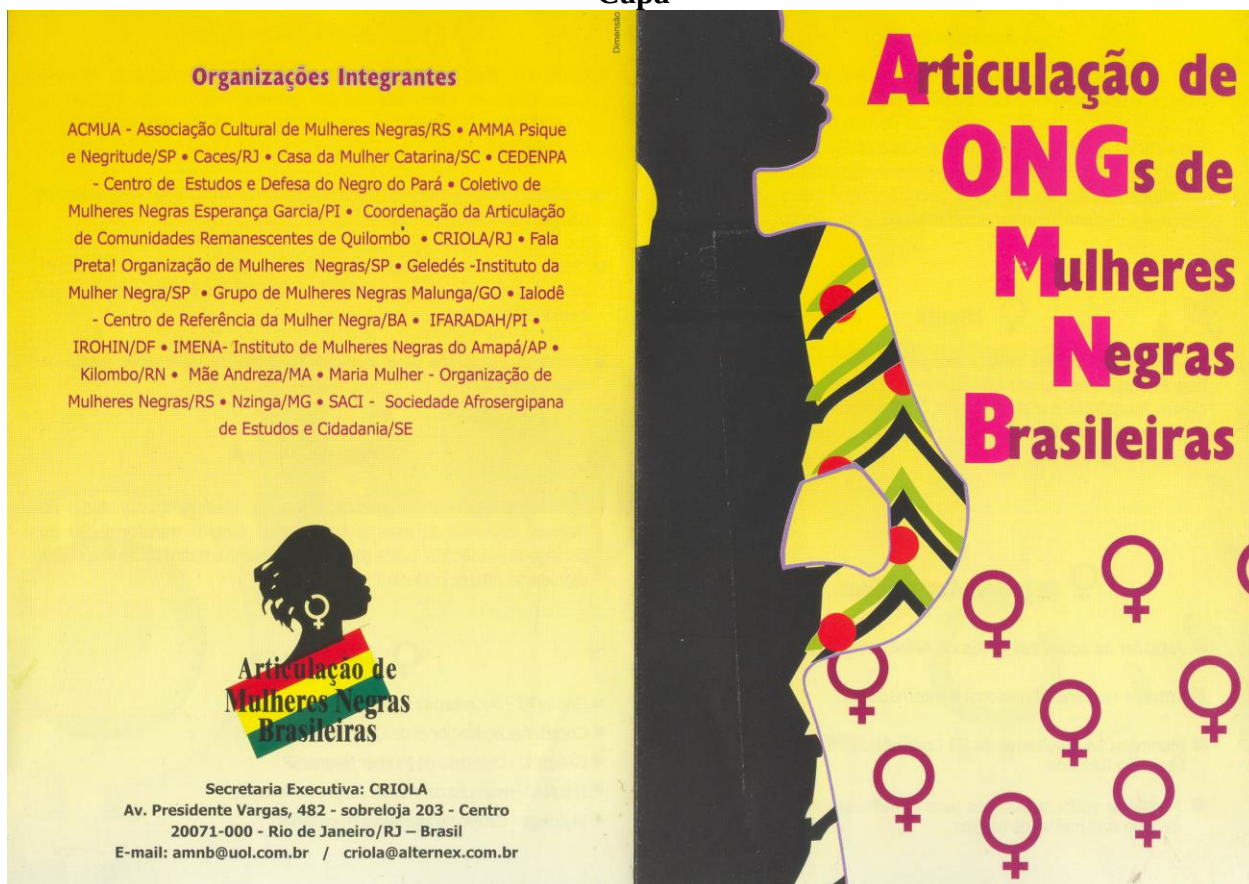
Disponível em:

<<http://www.amnb.org.br/incorporacao%20racial%20e%20etnica%20.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2007.

ANEXOS

ANEXO A – FOLHETO AMNB

Capa



verso

♀ Apresentação

A Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras foi criada em setembro de 2000, durante o processo de preparação da III Conferência Mundial contra o Racismo a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul em setembro de 2001, com o objetivo inicial de preparar integrantes de entidades de mulheres negras, para sua participação e intervenção nos processos nacionais e internacionais da III Conferência.

♀ Missão

Promover a ação política articulada de ONGs de mulheres negras brasileiras, na luta contra o racismo, sexismo, opressão de classe, homofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para a transformação das relações de poder e construção de uma sociedade equânime.

♀ Objetivos Estratégicos

- Articular as ações das ONGs da AMNB em todo o País
- Intervir no cenário nacional e internacional
- Monitorar os resultados da III Conferência Mundial Contra o Racismo
- Monitorar políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres negras

♀ Plano Estratégico – Ações

- Contribuir para o fortalecimento das ONGs de mulheres negras, capacitando-as para intervenção política qualificada. Ampliar e consolidar a intervenção da articulação no cenário nacional e internacional;
- Implementar e monitorar os resultados da III Conferência Mundial contra o Racismo;
- Monitorar políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal para a melhoria da qualidade de vida das mulheres negras e da comunidade negra;
- Construir estratégia para inserção da temática da mulher negra na mídia nacional.

♀ Visão de Futuro

Mulheres negras articuladas numa mesma comunidade de destino, construindo marcos referenciais para a transformação da sociedade planetária, onde todos e todas tenham direito de viver com dignidade, prazer, poder e liberdade.

♀ Coordenação

- Criola/RJ - Secretaria Executiva
- Coordenação Nacional de Quilombos/MA e PE
- Geledés - Instituto da Mulher Negra/SP
- IMENA - Instituto da Mulher Negra do Amapá/AP
- Malunga - Grupo de Mulheres Negras/GO

ANEXO B – RELAÇÃO DE INTEGRANTES DA AMNB

Organização		Estado
Coordenação	Criola	RJ
	Geledés – Instituto da Mulher Negra	SP
	Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba	PB
	ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras	RS
	Casa Laudelina de Campos Melo	SP
Aconeruq		MA
CACES – Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais		RJ
Associação Casa da Mulher Catarina		SC
Cedenpa – Centro de Defesa do Negro do Pará		PA
Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia		PI
Conaq – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas		MA
Grupo de Mulheres Felipa de Sousa		RJ
Grupo de Mulheres Negras Malunga		GO
Imena – Instituto da Mulher Negra do Amapá		AP
Instituto Negra do Ceará		CE
Irohin		DF
Instituto Amma Psique e Negritude		SP
Kilombo		RN
Instituto Kuanza - Formação, Intervenção e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Juventude		SP
Mãe Andresa		MA
Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras		RS
Mulheres em União- Centro de Apoio e Defesa Dos Direitos Da Mulher		MG
N'ZINGA		MG
Omin- Organização De Mulheres Negras Maria Do Egito		SE
Observatório Negro		PE
SACI- Sociedade Afrosergipana De Estudos E Cidadania		SE
Uiala Mukagi – Sociedade De Mulheres Negras		PE
Rede de Mulheres Negras		PR

ANEXO C – NOTÍCIA SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA AMNB NAS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO PÓS-DURBAN

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço: E:\noticias_AMNB\Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher_Durba2001.mht

mapa do site | newsletter | trabalhe conosco | contato

Argentina
Brasil
Chile
Paraguai
Uruguai

Pesquisar

INÍCIO | UNIFEM | Programa | Notícias | Publicações | Links | Eventos | EN ESPAÑOL

Durban

Durban

A III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata foi realizada em Durban, África do Sul, entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001, Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo.

Participaram da Conferência de Durban mais de 2.300 representantes de 163 países, incluindo 16 chefes de Estado e mais de 100 ministros. Aproximadamente 4.000 representantes de ONGs de todas as partes do mundo foram credenciados e tiveram uma ativa participação antes e durante a Conferência.

Foram discutidas as origens e causas do racismo, da discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e foi feito um chamado para ações concretas para erradicar todos esses males. Como resultado, os representantes dos países presentes redigiram uma Declaração e uma Plataforma de Ação, documento no qual foram enfocadas medidas para prevenção, educação e proteção no âmbito nacional.

O documento também recomenda uma série de medidas em nível internacional, inclusive o estabelecimento de uma comissão de acompanhamento composta por cinco pessoas eminentes de várias regiões para trabalhar com o Alto Comissário de Direitos Humanos das Nações Unidas e outros órgãos da ONU a fim de ajudar a implementar a Declaração e Programa da Ação.

O Programa conclama os Estados membros a adotarem a Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial, a ser ratificada em 2005. O documento pede também que os Estados implementem políticas e medidas para prevenir e eliminar a discriminação baseada em religião ou crença que muitos afrodescendentes experimentam. O Programa ainda pede aos Estados que garantam acesso total e efetivo ao sistema de justiça para todos os indivíduos, e particularmente os afrodescendentes.

A dupla discriminação das mulheres negras

As mulheres negras sofrem uma dupla discriminação: por serem mulheres e por serem negras. Um quadro elaborado pelo Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) para ilustrar a situação brasileira para a Conferência de Durban mostra que a taxa de desemprego das mulheres negras no Brasil (16,5%) é maior que a de mulheres brancas (12,53%), segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1999.

Homens e mulheres negros recebem salários até 60% inferiores aos pagos a brancos do sexo masculino. A pior situação encontrada no mercado de trabalho é a das negras, que, além de sofrerem discriminação racial, também vêem seus rendimentos reduzidos devido ao preconceito de gênero.

"As mulheres negras arcam com todo o ônus da discriminação de cor e de gênero e ainda sofrem mais com a discriminação setorial-regional-ocupacional", afirma o pesquisador Sergei Suarez Dillon Soares, do Ipea, no estudo "O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho".

Este foi apenas um exemplo da dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras no nível econômico. A discriminação, porém, perpassa todos os aspectos da vida das mulheres negras, do social ao cultural e político.

O UNIFEM e os compromissos de Durban

No âmbito de suas ações, o UNIFEM prioriza o combate ao racismo e a todas as formas de discriminação.

O UNIFEM apoiou a realização e a participação de mulheres negras em reuniões nacionais e regionais preparatórias para a III Conferência Mundial contra o Racismo. O Fundo também apoiou a elaboração do documento da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras "Rumo à III Conferência Mundial sobre o Racismo" e do dossiê "Mulheres Negras: Um Retrato da Discriminação Racial no Brasil", que contribuíram com uma grande quantidade de dados sobre educação, saúde, ocupação, renda e expectativa de vida das mulheres negras brasileiras.

Por fim, o UNIFEM apoiou a participação de mulheres negras, indígenas e migrantes, representantes de organizações, ou simplesmente líderes de movimentos, na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas.

Atividades de Monitoramento pós-Durban

Pobreza

Governança

Violência

HIV/Aids

PROGRESSO DAS MULHERES DO MUNDO 2008/2009

Quem responde às mulheres?

GÊNERO E RESPONSABILIZAÇÃO

>> BAIXE A ÍNTEGRA

>> BAIXE O RESUMO

HOMENS unidos pelo fim da violência contra as MULHERES

O UNIFEM apóia a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras para o fortalecimento das organizações de mulheres negras no Brasil e de seu trabalho de implementação e monitoramento dos compromissos de Durban. Dentre as atividades da Articulação, se destacam:

Estratégia de Comunicação para dar visibilidade às desigualdades de gênero e raça e aos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro em Durban. Dentre alguns materiais, foi produzida uma revista de circulação nacional, distribuída para ativistas do movimento de mulheres negras, movimento feminista, movimento negro, parlamentares e outras autoridades, com enorme repercussão positiva. Ademais, foi lançado a página na Internet da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras: <http://www.mulheresnegras.com.br/>.

Participação das mulheres negras na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras onde, pela primeira vez, foi incorporado um capítulo específico sobre a questão racial na Plataforma Feminista.

Participação das mulheres negras na elaboração do Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento da CEDAW pelo Governo Brasileiro.

Seminário Reformas: Raça, Gênero e Políticas de Inclusão Social, Brasília, 13 de maio de 2003. Promovido pela Articulação de Mulheres Negras e o Senado Federal, o evento buscou a sensibilização dos setores públicos e a participação das mulheres negras no processo de discussão sobre mecanismos para incluir as dimensões de gênero e raça nas reformas.

Links importantes

Link para a página da ONU sobre a Conferência de Durban
<http://www.unhchr.ch/spanish/html/racism/>

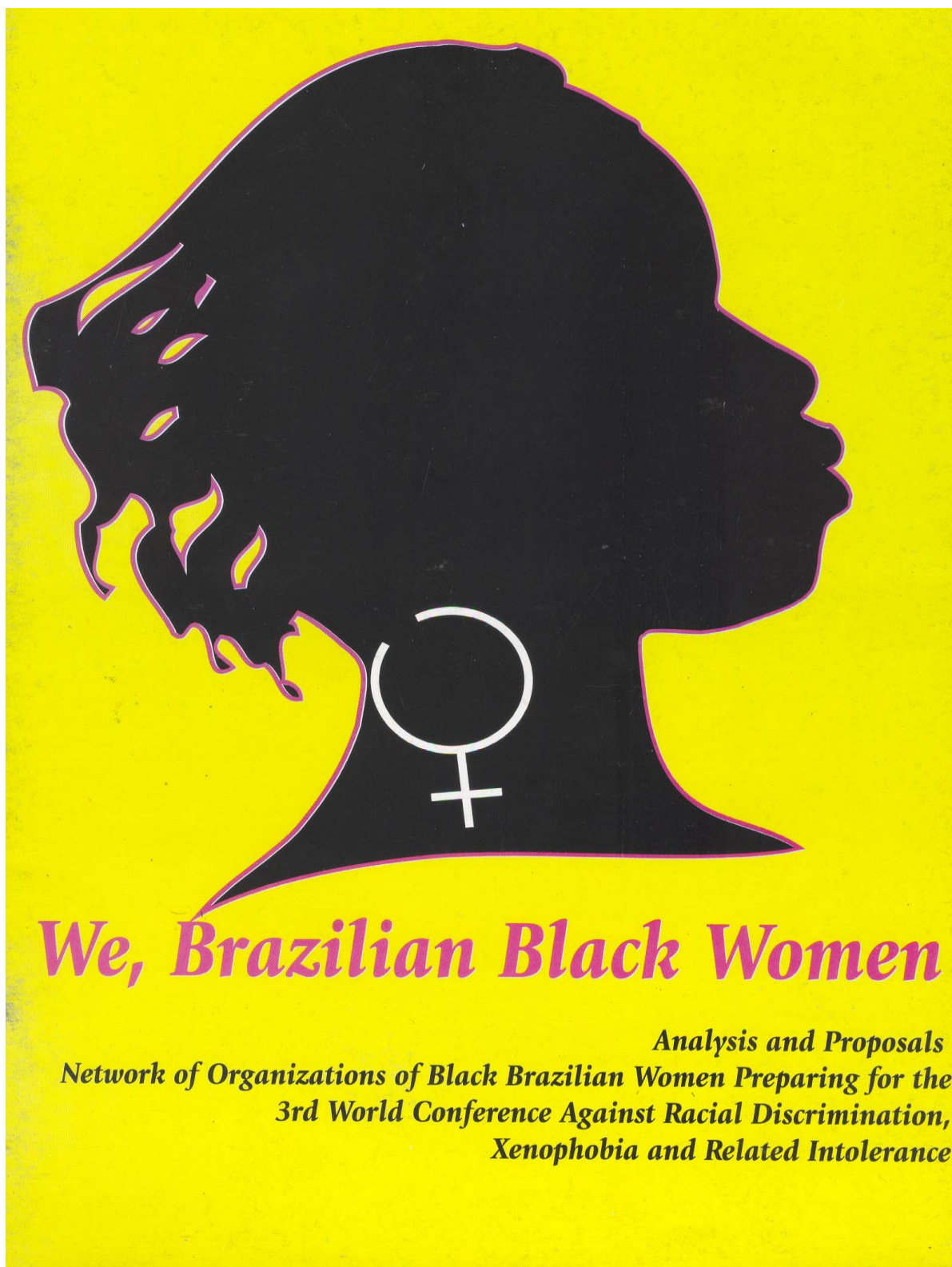
Relatório da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas (inclui a Declaração e o Plano de Ação)
[http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.Conf.189.12.Sp?](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.Conf.189.12.Sp?Opendocument)
Opendocument

Copyright © United Nations Development Fund for Women

Internet

Iniciar » Entrada - soniadias@c... Fundo de Desenvolv... notícias _AMNB dissertação sonia comp... 14:10

ANEXO D – VERSÃO EM INGLÊS: NÓS, MULHERES NEGRAS



ANEXO E – ENTREVISTA EDNA ROLAND



MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



Entrevista com a Relatora –Geral da Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Edna Roland – 28/02/2002.

Entrevistador: Jônatas Nunes Barreto - Fundação Cultural Palmares.

FCP: Sra. Edna, qual a importância, a seu ver, de uma mulher brasileira assumir a relatoria-geral da III Conferência Mundial, da ONU, e qual o significado desse fato para a comunidade negra brasileira?

Sra. Roland: Acredito que esse cargo e essa eleição tenham sido investidos de um forte significado simbólico, cujos efeitos ainda estou constatando e descobrindo. Acredito que ainda há coisas novas que estão aparecendo. Em princípio, logo que fui eleita, no primeiro dia da Conferência, o primeiro efeito imediato que essa eleição teve foi a criação de um espaço de enorme apoio político e pessoal que recebi por parte da grande maioria dos militantes homens e mulheres negros que estavam em Durban.

Devo confessar para você que foi uma grande surpresa para mim. Como já tenho quase 20 anos no movimento negro, e como ao longo desses anos aprendi que uma das formas cruéis de expressão do racismo é a dificuldade que temos de apoiar-mos mutuamente, de reconhecermos o que cada pessoa ou cada organização está fazendo onde quer que esteja atuando e trabalhando, eu estava preparada, seja para receber pedras ou para a indiferença.

Então, para mim, foi um dos maiores presentes que o movimento negro brasileiro já me deu foi o carinho e o apoio que vieram com esta nomeação. Esse foi o primeiro efeito inesperado que o cargo de relatora-geral da conferência me proporcionou. O que não foi pouca coisa, tendo em vista essa história difícil que nós vivemos.

A partir daí, especialmente lá, em Durban, eu tive a possibilidade de jogar um papel importante num determinado momento que foi, justamente no último dia do encontro, quando a Conferência quase foi por água abaixo e então um alto funcionário das Nações Unidas se dirigiu a mim num momento de enorme tensão em que parecia que nós íamos perder a Conferência por conta do conflito em relação à questão palestina. Eu tive a oportunidade de ser um instrumento, a pessoa que levou uma mensagem para o Embaixador Sabóia e que possibilitou que o Brasil tivesse uma intervenção até sob o ponto de vista regimental, que permitiu que nós salvássemos a Conferência. Esse foi um momento inesquecível para mim. Eu tive certeza que, naquele momento, eu fui um instrumento de Exu. Eu fui um canal de comunicação. Os orixás me utilizaram para que aquela conferência pudesse ser salva.

Depois de Durban, voltando ao Brasil, continuei sendo surpreendida pela emoção das pessoas, principalmente daquela parcela da população que não é militante,



que não participa necessariamente de uma organização, mas que está sempre próxima do movimento negro, que vai nos eventos, que sabe das coisas, que acompanha. E eu fiquei muito tocada com a emoção que essas pessoas passaram para mim, e o quanto elas acompanharam o processo, o quanto torceram pela minha eleição.

Agora, com relação ao aspecto mais político, do ponto de vista prático, eu estou a cada dia constatando que esse cargo é um espaço político fundamental que o movimento negro brasileiro precisa saber utilizar para além das divergências, para além das preferências pessoais ou de setores do movimento. É preciso que o movimento brasileiro saiba aproveitar de forma correta e utilizar de forma adequada esse espaço que foi criado para que outras vitórias possam ser conquistadas.

Esse cargo tem alcances que estão para além da minha pessoa, independe de quem esteja nesse lugar. Se o movimento negro brasileiro for capaz de compreender isso, vai poder se beneficiar e poderá usar isso como uma alavanca, como um fator de aceleração das possibilidades históricas que estão colocadas para nós nessa conjuntura.

FCP: A seu ver, quais foram as principais dificuldades no trabalho de inserção de itens no documento final de Durban, que contemplassem medidas de combate ao racismo, mais precisamente, aqueles sofridos pelos afro-descendentes?

Sra. Roland: Do ponto de vista do que não foi possível se conseguir em Durban, sem dúvida, a impossibilidade de se ter compromissos claros, precisos e transparentes por parte das potências ocidentais que foram especialmente relacionadas ao tráfico de escravos, foi a principal limitação.

Não considero que tenhamos tido uma perda total. Não é verdade isso. Eu estou analisando no momento a Declaração de Santiago, a de Dakar e a de Durban e estou começando a verificar que nas duríssimas negociações que aconteceram em Durban foi possível inclusive avançar em texto e linguagem novos em relação à questão de reparações que não estavam presentes em nenhum dos documentos anteriores. Agora, como eu disse, são textos que ficam em cima do muro. Não estabelecem um compromisso econômico, financeiro e político claro, como seria do nosso desejo. Houve uma questão que nós começamos a conquistar em Santiago e que foi possível retermos no processo que aconteceu nas conferências preparatórias de Genebra e, finalmente, foi aprovada em Durban: a questão das ações afirmativas. De Durban saiu uma visão muito clara das ações afirmativas como instrumento fundamental de promoção da igualdade.



Neste sentido, acho que se o Programa de Ação de Durban for implementado, nós teremos um avanço significativo na situação tanto dos negros no Brasil quanto no restante das Américas e até mesmo no continente africano.

Eu acho que a situação ficou mais difícil para a África, na medida em que as propostas que vinham dos países daquele continente dizem respeito às relações entre Estados. Na medida em que a União Européia manteve sua recusa, não foi possível ter maiores avanços para o continente africano. Mas, mesmo assim, há parágrafos aprovados que falam de aumento de investimento dos organismos internacionais para o combate à pobreza e para a promoção da igualdade. Neste sentido, eu acredito que nossos irmãos africanos ainda poderão se beneficiar com os resultados alcançados em Durban.

FCP: Para finalizar, na esteira da Conferência Mundial, no ano de 2001, começaram no Brasil as discussões sobre os sistemas de quotas, pela primeira vez, vista amplamente. Inclusive a população inteira toma ciência desse caso. A Sra. acha que a Conferência Mundial, se trabalhando no que a gente chamaria de Durban+5, seguindo o mesmo caminho de Beijing, nós poderemos daqui a 5 anos dar uma resposta realmente efetiva? E o quê o governo tem que fazer para isso?

Sra. Roland: Pelas informações que eu tenho, a proposta da realização de uma Durban+5 está aprovada, vai haver uma conferência daqui a 5 anos, e eu acredito que nós, aqui no Brasil, provavelmente estejamos na vanguarda do processo de implementação. Creio que na América Latina e no Caribe, nós sejamos provavelmente o país que mais tenha avançado na discussão e na implementação de algumas propostas.

Eu acho que o Brasil pode desempenhar um papel muito importante, principalmente em relação aos outros países latino-americanos.

Acima de tudo, considero que é necessário e fundamental que a militância negra tome os documentos de Durban nas suas mãos, que considere esses documentos como um instrumento de luta, como um referencial fundamental que tem de ser cumprido, implementado.

É um documento que o Brasil assinou. O Brasil, ao assinar, assume compromissos. Os governos federal, estadual, municipal, a sociedade civil e todas as instituições deste país estão com o compromisso de implementar essas propostas políticas. Não podemos ficar numa postura tímida de achar que isso é apenas mais um documento. Não é verdade. Isso é um documento fundamental, um documento para o qual muito suor nosso e muita energia nossa foi gasta.



Há idéias e concepções do movimento negro que estão lá, transformadas em parágrafo deste programa. Então, nós temos que, nos próximos 5 anos, lutar cotidianamente para que sua implementação seja realizada pelas prefeituras, pelos governos estaduais e pelo governo federal, além do setor privado, todos os setores da sociedade e pelas ONGs.

O desafio que está colocado em todo o Brasil é promover um espaço social onde não exista racismo e discriminação racial, onde quer que se esteja. Se trabalhando numa empresa, que ela não pratique a discriminação racial, que haja igualdade. Se estamos num órgão público, a mesma questão. Quer dizer, há uma recomendação muito clara, por exemplo, no parágrafo 104 do Programa de Ação, em que se estimula os estados e se convida o setor privado a promover locais de trabalho livres da discriminação.

Acho que isso já é um desafio que cabe a cada cidadão e cidadã brasileiros colocar em prática. Todos nós temos essa obrigação. Ninguém está fora disso. Todo mundo, a cada dia, no seu comportamento, pode reproduzir ou combater o racismo.

E o desafio é que a gente consiga, de fato, construir essa rede social. Que haja o compromisso com a erradicação do racismo no Brasil, no tempo que for necessário. Temos tempo pela frente, mas é o desafio cotidiano que temos de cumprir.

ANEXO F - NOTICIA DA AGÊNCIA ESTADO SOBRE PARTICIPANTE DA ARTICULAÇÃO NO ACOMPANHAMENTO PÓS-DURBAN

Estadão.com.br :: Internacional :: Brasileira será monitora da ONU para combate ao racismo

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço: C:\Documents and Settings\soniadias.CENPEC1\Desktop\noticias_AMNB\Estadão_com_br Internacional Brasileira será monitora da ONU para combate ao racismo.mht

ESTADÃO.COM.BR O ESTADO S. PAULO JORNAL DA TARDE AE INVESTIMENTOS ELDORADO ILOCAL CLASSIFICADOS LIMÃO

LOGIN cadastro WEBMAIL MEU ESTADÃO

estadão.com.br

26 de junho de 2009 | Atualizado às 17:49h

PRIMEIRA PÁGINA OPINIÃO NACIONAL INTERNACIONAL VIDA & ECONOMIA CIDADES ESPORTES CADERNO2 link paladar MAIS SUPLEMENTOS BLOGS

AMÉRICA LATINA EUA E CANADÁ ORIENTE MÉDIO EUROPA OUTRAS REGIÕES

CIDADES | GERAL

Segunda-feira, 16 de Junho de 2003, 12:09 | Online

0 comentário(s)

Avalie esta Notícia ★ ★ ★ ★ ★ 0 votos

Brasileira será monitora da ONU para combate ao racismo

Tamanho do texto: A A A

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, apontou, ontem, a brasileira Edna Maria Santos Roland e outras quatro personalidades internacionais para monitorarem o cumprimento de políticas de combate ao racismo e discriminação, estabelecidas pela ONU em 2001, durante a Conferência de Durban. Além da brasileira, o grupo ainda conta com Martti Oiva Kalevi Ahtisaari, ex-presidente da Finlândia; El Hassan bin Talal, príncipe da Jordânia; o ex-presidente da Organização da União Africana, Salim Ahmed Salim; e Hanna Suchocka, ex-primeiro ministro da Polónia.

Edna Maria atuou como relatora durante a Conferência de Durban e também fez parte da delegação brasileira que negociou um tratado final. Atualmente, preside o conselho de diretores da entidade Fala Preta, que defende os direitos das mulheres negras no País. Psicóloga, nascida em 1951, Edna publicou vários livros sobre a discriminação contra mulheres e outros temas, como prevenção contra a aids.

A Conferência de Durban, apesar de ter sido a primeira reunião da ONU que tratou exclusivamente do racismo, ficou marcada pela oposição dos Estados Unidos e de Israel, que não aceitaram as referências sobre a situação no Oriente Médio e simplesmente abandonaram o encontro. Outro tema polêmico foi o que tratou do tráfico de escravos. Africanos queriam um pedido de desculpas oficial por parte dos europeus pelo comércio que realizaram com seres humanos durante três séculos.

Segundo a ONU, o grupo de especialistas se reunirá pela primeira vez no final deste ano, em Genebra, para debater como é que irão cumprir seu mandato de fiscalizar se os países estão cumprindo com a determinação das Nações Unidas de evitar qualquer tipo de discriminação contra cidadãos locais e estrangeiros.

:

COMENTÁRIOS NOTÍCIAS RELACIONADAS

Seja o primeiro a comentar »

Todos os comentários

Capa de Internacional

Página Inicial

Conheça nosso Código de Conduta

Publicidade:

Sucesso de vendas segundo os engenheiros da Volkswagen.

Puxe

PUBLICIDADE

VOCÊ PODE »

- Enviar por e-mail
- Comentar
- Imprimir
- Incluir no Arquivo Virtual
- Fale com a Redação

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

MAIS VISTAS TAGS

- 17:48 ONGs criticam resultado de encontro da ONU sobre crise mundial
- 17:03 Para Obama, Michael Jackson era artista 'espetacular'
- 17:01 Médico foi único a ver colapso de Michael, indica áudio
- 16:49 Venezuela tem sua primeira gondoleira
- 16:25 Polícia apreende carro para investigar morte de Jackson

Veja a lista completa »

estadão.com.br: Primeira Página | Opinião | Nacional | Internacional | Vida & Economia | Cidades | Esportes | Caderno 2 | Tecnologia | Paladar | Mais Suplementos | Blogs

Estadão de Hoje | Estadão Digital | No desktop | No celular | RSS | Especiais | Fotos | Áudios | TV Estadão | Tempo | Trânsito

O Estado de S. Paulo: ASSINE a edição impressa | Portal do Assinante | Conheça o jornal | Portais: Jornal da Tarde | Limão | Território Eldorado | AE Investimento | Local | ZAP | Ibiúbi

Grupo Estado: Curso de Jornalismo | Responsabilidade Corporativa | Nosso Código de Ética | Publicidade: Como anunciar | Prêmio de Mídia | Top Imobiliário | Cannes

Internet

Iniciar

noticias_AMNB

dissertação sonia compl...

4 Internet Explorer

Microsoft PowerPoint

17:52

ANEXO G – AGENCIA SENADO

Senado Federal - Agência Senado - Notícias

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço C:\Documents and Settings\soniadias.CENPEC1\Desktop\noticias_AMNB\Agência Senado -Notícias_preparacao_Revisao Durban 30032009.mht Ir

Início O Senado Senadores Atividade Legislativa Legislação Notícias Publicações Biblioteca Orçamento

Senado Federal Notícias

21 de abril de 2009

Agência SENADO

pesquisa

OK

Busca Avançada

Projetos e Matérias

Página Inicial

Agenda do Senado

Últimas

Imagens do Senado

Pronunciamentos

Suplementos

Entenda o assunto

Agência Internacional

Inglês | Espanhol

Plenário

Comissões

CPIs

Orçamento

Presidência

Institucional

Mercosul

Especial

Serviços

RSS WIDGET NEWSLETTER

Outros veículos

Quem Somos

Fale Conosco

Mapa do Site

Política de Privacidade

COMISSÕES / Audiência Pública
30/03/2009 - 14h04

Senadores prosseguem debate sobre a Declaração de Durban Contra Racismo, a Xenofobia e a Intolerância



Foto: Marcia Kalume

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará nesta quarta-feira (19), a partir das 9h, a segunda audiência pública preparatória à conferência de Genebra de avaliação da implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban (África do Sul) Contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância. A conferência de Genebra ocorrerá de 20 a 24 de abril e deverá analisar as propostas aprovadas em Durban em 2001.

No último dia 18 a CDH realizou audiência pública na qual representantes da causa indígena denunciaram o racismo com que são tratados pela sociedade brasileira. Rosani Fernandes, representante dos povos indígenas Kaingang, de Santa Catarina, e da reserva Mãe Maria, do Pará, disse que os índios sofrem ainda "genocídio cultural".

Para a audiência desta quarta-feira foram convidados os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Edson Santos, para apresentar a aplicação das propostas de Durban no Brasil e a situação brasileira no contexto internacional.

Também foram convidadas a coordenadora da Secretaria Executiva de Articulação Nacional de Mulheres Negras, Jurema Werneck; e a relatora da Conferência de Durban, Edna Roland, além do coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Manoel Uilton dos Santos; e o representante da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) Cláudio Nascimento.

Geraldo Sobreira / Agência Senado
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Internet

Iniciar

noticias_AMNB

dissertação sonia compl...

4 Internet Explorer

Microsoft PowerPoint

18:02

ANEXO H – PÁGINA DA AMNB



ANEXO I - DISCURSO NILZA IRACI

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO

ONDE TEM VIOLÊNCIA, TODO MUNDO PERDE

Home
O Instituto
Objetivos
Atividades
Projetos
Textos
Notícias
Apoios
Patrícia Galvão
Quem somos
Fale Conosco

» Capa » Notícias

Mulheres negras homenageadas no Palácio do Planalto

Notícia enviada por Hildezia Alves de Medeiros (hildezia.medeiros@mds.gov.br) e reproduzida pelo boletim Eletrônico La Red Va... nº 492 - Edição Especial

Prezad@s,

No dia 5 de março, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulheres, aconteceu no Palácio do Planalto o lançamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Incorporando os resultados da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que aconteceu em 2007, o Plano traz como novidade novos eixos de ação, com destaque para o eixo apresentado pelas mulheres negras de "Enfrentamento do Racismo, do Sexismo e da Lesbofobia". Este eixo explicita a necessidade de enfrentamentos ideológicos e do desenvolvimento de medidas de ação afirmativa e específicas para diferentes grupos de mulheres - em especial as mulheres negras - para que se alcance melhores resultados em direção da equidade de gênero no país.

Como representante da sociedade civil na cerimônia, Nilza Iraci, coordenadora de Geledés e da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, fez o discurso de abertura e apresentação do Plano (ver texto abaixo) para o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, o Presidente da Câmara dos Deputados Arlindo Chinaglia, as Ministras Nilcéa Freire e Dilma Rousseff e diversos outros ministros presentes, entre eles o Sr. Edson Santos, responsável pela Seppir. Discurso que foi ouvido também pelas parlamentares integrantes da Bancada Feminina do Congresso Nacional e ativistas do Movimento de Mulheres.

Toda a cerimônia foi dedicada pela Ministra Nilcéa Freire à luta das mulheres negras. Em seu discurso, a Ministra homenageou 10 mulheres negras da história do país, entre elas Luiza Mahin, Laudelina de Campos Mello, Lélia Gonzáles, Ivete Sacramento e Sueli Carneiro.

Afirmando que o desenvolvimento de ações para as mulheres negras permitirá que as políticas públicas cheguem à maioria das mulheres do país. Ao final, prestou uma homenagem especial a 03 importantes mulheres brasileiras, entre elas a Ialorixá Beata de Iemanjá, do Ilê Omi Oju Arô (do Rio de Janeiro) que, muito emocionada, foi cumprimentada pelas autoridades e demais mulheres presentes.

Parabéns a todas as mulheres negras!

Axé!

DISCURSO DE NILZA IRACI NA CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DO PNPM NO PALÁCIO DO PLANALTO

Exmo. sr. presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sra. Marisa Letícia, companheira Ministra Nilcéa Freire, sras. e srs. ministras (os), srs. e sras. parlamentares e autoridades presentes.

Queridas companheiras do CNDM, companheiras feministas de todas as crenças e lugares.

Pesquisa Ibope Instituto Patrícia Galvão 2006

- § 51% conhecem ao menos uma mulher que é ou foi agredida pelo companheiro
- § 33% apontam a violência contra a mulher dentro e fora de casa como o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade
- § 64% acham que o agressor deveria ser preso
- § 75% consideram que as penas aplicadas em casos de violência contra a mulher são irrelevantes
- § Nove em cada 10 mulheres lembram de ter assistido ou ouvido campanhas contra a violência à mulher na TV ou rádio

Leia mais

Internet Explorer - Instituto Patrícia Galvão :: Comunicação e Mídia :: - Microsoft Internet Explorer

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Endereço <http://www.patriciagalvao.org.br/novo2/discursonilzairacipn.htm> Ir Links

Sua bênção minhas irmãs negras,

Hoje vivemos um momento importantíssimo para a história do Brasil, quando apresentamos, com muito orgulho, ao governo e à sociedade, o Plano Nacional de Política para as Mulheres, resultado do esforço e trabalho de 195 mil mulheres de todos os cantos do País, que de março a julho de 2007, realizaram 600 conferências municipais/regionais e estaduais, envolvendo 1.616 municípios, para discutir a realidade social, econômica, política e cultural brasileira e os desafios para a construção da igualdade na perspectiva da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de debater sobre a participação feminina nos espaços de poder.

Éramos negras, índias, brancas; lésbicas, heterossexuais, bissexuais; ribeirinhas, quilombolas; rurais, urbanas, encarceradas, jovens, idosas, de diferentes classes, credos e profissões.

Todas pertencentes a uma mesma comunidade

Mas nada começou agora, nossos passos vem de longe. O feminismo questionou e segue questionando a ciência, a cultura, a educação, a religião e a política, abrindo portas para que milhões de mulheres possam trilhar caminhos, construir escolhas, encarar os problemas e apontar soluções em benefício de toda a sociedade.

Há muito tempo a mobilização o política das mulheres tem apontado para o reconhecimento do papel do Estado na produção de ações capazes de reduzir o impacto que o racismo, o sexismo e a lesbofobia têm em nossas vidas.

Na II Conferência tratamos de questões difíceis entre o movimento e na sua relação com o Estado, e trabalhamos na construção de consensos e pactos de acordos de posicionamento coletivo.

Colocamos na pauta do governo e sociedade que o crescimento dos fundamentalismos religiosos nas esferas nacional e internacional reintroduz, com mais força, a repressão sexual, a homofobia, o obscurantismo, a violência e a intolerância como parte de uma ordem social patriarcal, racista e lesbofóbica que se apresenta de diferentes maneiras, segundo a tradição de cada religião.

Colocamos a questão do aborto como uma questão de direitos humanos das mulheres.

Ao elaborarem um Plano de Políticas as mulheres brasileiras estão dizendo que não aceitam o papel de mera receptoras de políticas de inclusão. Querem ser reconhecidas como parceiras dessa implementação.

As mulheres que sempre cuidaram de seu povo e de sua comunidade decidiram que estava mais que na hora de cuidar de si próprias.

Esse Plano traz seis nove eixos, traduzindo as mudanças que o movimento vem pleiteando na última década. A inclusão do eixo sobre Racismo no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi uma elaboração vitoriosa de diferentes segmentos do movimento de mulheres, sob iniciativa das mulheres negras. Esta deve ser vista como uma forma de facilitar os processos de compreensão e de elaboração de gestora/es e formuladora/es de políticas públicas, acerca da dimensão das desigualdades entre as mulheres e entre estas e os diferentes segmentos de homens; bem como das formas mais eficazes e eficientes de endereçar ações para os diferentes segmentos de mulheres que compõem a sociedade brasileira.

Acreditamos que o enfrentamento explícito, intenso e cotidiano do racismo, da lesbofobia, do sexismo, e de seus impactos produtores das condições adversas experimentadas pelas mulheres significa a realização plena dos direitos humanos e da missão de agentes públicos. Passamos da fase da denúncia às propostas. E da fase das propostas para a de realizações e resultados.

Uma canção muito cara às feministas diz que é preciso ter força, garra, gana. E raça, sempre! Isso, já demonstramos, temos de sobra. O que a canção não diz é que é preciso ter recursos e orçamento, sem os quais toda essa força, raça e gana se tornam um fardo. Portanto, esperamos da parte de todos o empenho financeiro, orçamentário e de gestão para que o Plano não seja apenas um conjunto de propostas e intenções para ser revisado na próxima conferência. Ele é um poderoso instrumento para realizar a transformação que a sociedade exige.

Sr. Presidente, senhora e senhores ministros, o que entregamos para vocês hoje é o resultado do sonho e do trabalho de milhões de mulheres.

A sociedade civil fez a sua parte, agora a bola está com os senhores, não vamos deixar que esse sonho volte para a zona de rebaixamento.

Instituto Patrícia Galvão - Comunicação e Mídia
Av. Brig. Luiz Antonio, 2050 - gl. 141 - ala B - CEP 03318-002 - São Paulo/SP
Fones: (11) 3266.5434 / 3285.4951 e-mail: ipgalvao@uol.com.br
Apoios: Instituto Avenir - CCR - Fundação Ford - Global Fund for Women - IWHC - SPM - UNFPA - UNIFEM

Internet

Iniciar notícias_AMNB dissertação sonia compl... Gmail - Caixa de entrad... Instituto Patrícia G... 18:18

ANEXO J – QUESTIONÁRIO ÀS INTEGRANTES DA AMNB

**Pesquisa – dissertação de mestrado
Programa Comunicação e Semiótica – PUC-SP**

**Usos da internet por redes de organizações
não-governamentais: o caso da AMNB**

Dados da respondente:

Nome:

Cargo:

Nome da organização:

Área de atuação da organização:

Na sua opinião, quais são as principais áreas de atuação da AMNB?

O que você considera como principal papel da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras?

Qual o papel da AMNB nos movimentos sociais brasileiros?

De que maneira as informações circulam entre as participantes AMNB?

Qual o papel do site (www.amnb.org.br) nas ações da AMNB?

Você poderia citar algum exemplo de ação para qual o uso da internet (e-mails e site) contribuiu para a sua realização?

Nas ações da AMNB, você poderia citar alguma parceria com outras organizações, cujos contatos se iniciaram ou foram parcial ou totalmente realizados por meio da internet? De que forma isso aconteceu?

Você poderia citar alguma parceria com o poder público, em suas diferentes instâncias, cujos contatos se iniciaram ou foram parcial ou totalmente realizados por meio da internet? De que forma isso aconteceu?

ANEXO L – MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DA AMNB

DVD com informações sobre ações da AMNB sobre a situação das mulheres negras no país





CONSTRUINDO A EQUIDADE:

ESTRATÉGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA A SUPERAÇÃO DAS
DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA
PARA AS MULHERES NEGRAS



Articulação de
Mulheres Negras
Brasileiras

Rio de Janeiro, maio de 2003 - Edição nº 1

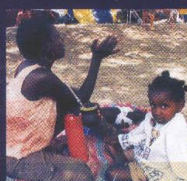
AQOMNB

Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras



www.mulheresnegras.org.br

***"Nosso Olhar
Transforma o Mundo!"***



***Desigualdade de
gênero e raça no Brasil***



***Direito Humano
ao trabalho***

***Você não é racista...
Certo ?***

